

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LEONARDO GIRARDI**

**AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES ESPIRITUAL E TEMPORAL NA TEORIA  
POLÍTICA DE ÁLVARO PELAYO ATRAVÉS DE SEU *ESPELHO DOS REIS* (1341-  
1344)**

**CURITIBA**

**2013**

**LEONARDO GIRARDI**

**AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES ESPIRITUAL E TEMPORAL NA TEORIA  
POLÍTICA DE ÁLVARO PELAYO ATRAVÉS DE SEU *ESPELHO DOS REIS* (1341-  
1344)**

Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica, como requisito à conclusão do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Fátima Regina Fernandes

**CURITIBA**

**2013**

*Dedico as palavras resultantes deste estudo ao passado  
– mas também ao futuro*

## Agradecimentos

E assim concluí-se mais uma etapa de minha vida. Quatro anos que ao mesmo tempo foram brevíssimos, mas, infinitos como o próprio tempo. Este trabalho monográfico corresponde a uma fração deste período, uma síntese que comporta todas as alegrias e tristezas, conquistas e derrotas que Clio trouxe. Talvez mais conquistas. A própria efetivação deste estudo denota a vitória sobre qualquer adversidade ou infortúnio que possa ter aparecido ao longo deste período. Entretanto, esta vitória não pode ser creditada apenas a mim; muitos outros fazem dela parte – em larga ou modesta escala – e desta maneira, a todos não posso mais do que render minha total gratidão.

Primeiramente, a minha família que desde *sempre* esteve ao meu lado, me apoiou, me guiou, me deu suporte para conseguir chegar aqui e principalmente, seguir adiante neste caminho. Agradeço profundamente a minha querida mãe, Sandra, minha adorada avó Luzia, ao nobre padraсто Amarildo e aos meus grandes tios e tias, Marcos e Vera, Orlei e Adriana, Eumar e Sandra, sem esquecer, obviamente dos primos Henrique, Fellip, Eduardo, Willian, Guilherme e Cleber. Obrigado a vocês por todo o carinho.

Gabriela, penso que você merece uma grande medalha de honra ao mérito por ter aguentado, mesmo que por pouco tempo até aqui, todos os meus surtos, estresses, e crises – que não foram em pouca quantidade – seja com a redação deste texto, com o processo seletivo do Mestrado ou, com o simples desafio de cumprir a carga das disciplinas obrigatórias. Obrigado por todo o seu apoio, carinho e compreensão, pela sua constante presença e por toda a alegria que me proporciona e, sem dúvida, sempre proporcionará (prepare-se: ainda virão outros surtos, estresses e crises!).

Para a professora Fátima Regina Fernandes, que nas primeiras semanas do início de minha graduação indicou dois livros gigantescos que ao longo do semestre carreguei a duras custas, que mesmo vendo que eu não tinha a mínima noção do que era a Universidade e de tudo o que viria pela frente, me apoiou, me guiou – pacientemente cabe destacar, afinal, foram várias dúvidas a serem respondidas e várias ideias que precisaram ser contidas para não se perder o foco – e até agora segue me dando todo o suporte necessário, só posso dizer que lhe sou eternamente grato; espero que este trabalho seja o primeiro fruto de uma carreira que a senhora me ajudou a construir – que os méritos que possam advir deles sejam também méritos seus por tudo o que me ensinou.

Da mesma forma, não posso deixar de agradecer especialmente ao grande professor Renan Frighetto também parte mais do que significativa deste trabalho; as *longas* conversas

que tivemos foram uma imensa fonte de inspiração e ideias que não se limitam as palavras que se seguem nas páginas adiante – me acompanharão sempre, e se refletirão eternamente não só no meu trabalho, mas no meu próprio ser. E, de maneira alguma poderia ser esquecida a professora Marcella Lopes Guimarães, duma alegria imensa, duma energia e força de vontade contagiante e inspiradora: seu dom com as letras serviu-me como base para tentar aproximar nossa ciência de outra de suas facetas, da arte, da beleza da composição; apenas espero ter tido um mínimo de êxito tentando me modelar por seus escritos! Ademais, não posso deixar de agradecer a todos os professores do Departamento de História que, ao longo desta graduação permitiram que eu chegasse até aqui: Martha, Renata, Sereza, Ribeiro, Portella, Roseli, Ana Paula, Helenice (*in memoriam*), Nadalin, Clóvis e Lima.

A todos os meus grandes amigos, sejam de ontem ou de hoje, obrigado por terem me aguentado, por me fazerem mais feliz ainda do já sou e por terem me feito resistir nos momentos mais difíceis: ao velho Guilherme (desde sempre!!), Felipe D., Thyago S., Diego A., Guilherme C., Diego A., Priscila A., Paulo A., Rodrigo A., Fábio M., Jéssica A., Karine B., prof<sup>a</sup> Cristina (que despertou a centelha da História em mim – este trabalho em grande parte é dedicado a você também!), prof<sup>a</sup> Maria Helena, prof<sup>a</sup> Fernanda, prof<sup>a</sup> Cristina H. prof<sup>o</sup> Luis, prof<sup>o</sup> Nestor (*in memoriam*), prof<sup>o</sup> Sidney, prof<sup>a</sup> Rosane, prof<sup>a</sup> Rejane, Lucca Z., Victor R., Marlon C., Fabiano A., Luciane F., Alysson A., G. Kotaka, Andréia R., Denise K., Bárbara O., Karlla P., Carla F., Luan F., Jean C., Sara M., Lucas S., Mayara M., Suele M., André A., Flávia M.(Martins), Lana B., Gustavo D., Flavia M., Gabriela L., Flávia M(Mello)., Bruna B, Bárbara C. Sem dúvida muitos outros nomes foram esquecidos, sempre acontece. Mas, esses saberão lhes sou grato.

Aos amigos do NEMED que desde o início da graduação compartilharam tudo o que sabiam comigo, me ajudaram a compor este trabalho, a entender a História, a expandir meu mundo: Eliane V., Thiago S., Rafael D. (sem o qual eu não teria fonte!!!), Carlos S., Elaine S., André L., Janira P., Gabriel P., Otávio P., Danilo G.

Ao CNPq, que através de uma duradoura bolsa de Iniciação Científica custeou meus trabalhos e pesquisas, sem o qual talvez nem metade disso tivesse sido realizado.

Por último e mais importante, Deus, Jesus e Nossa Senhora – me deram força quando precisei, me ergueram quando caí, me atenderam quando pedi: Forças que desde SEMPRE estiveram e que para sempre estarão.

Novembro de 2013.

*I'm the king of my own land  
Facing tempests of dust  
I'll fight until the end  
Creatures of my dreams - raise up and dance with me!  
Now and forever  
I'm your KING!*

M83 – ‘Outro’ [“Hurry up, we’re dreaming”, 2011]

## Resumo

Inserido num contexto de transição do medievo para a modernidade, este trabalho visa analisar algumas das causas que desencadearam a série de querelas e comoções que movimentaram o final do século XIV e início do XV. Para tanto, destacamos dois de suma importância nesta conjectura, a saber, a centralização do poder em torno da figura régia e o declínio das prerrogativas da teocracia pontifícia – estas últimas que serão defendidas contra o avanço da esfera temporal do poder por *Álvaro Pelayo*, figura central de nossos estudos. Do eminente frei galego e Bispo de Silves (atual diocese de Faro, em Portugal) selecionamos o *Speculum Regum* (Espelho dos Reis – 1341-1344) como fonte primária, onde o autor deixa muito bem clara a sua concepção de supremacia do *Sacerdotium* sobre o *Imperium* através de uma teoria política lapidada ao longo de seu trabalho. Neste sentido, através das palavras de Álvaro analisaremos a sua teoria política e a série de virtudes elencadas e trabalhadas por ele no *Speculum* para dar base – e legitimidade – a seu discurso, percebendo a relação destas com o contexto em que estão sendo apresentadas, ou seja, o da já referida ascensão dos poderes régios, mas centrando nosso foco nos reinos de Portugal e Castela, representados, respectivamente, pelas figuras de Afonso IV (1325-1357) e Alfonso XI (1312-1350). Ao mesmo tempo, observaremos a própria natureza especular da obra, dadas as premissas de orientação ao rei de Castela para uma boa conduta e a prática de um reto governo através do já mencionado conjunto de virtudes exposto no texto – retendo assim, informações válidas para melhor interpretar a obra e compreendê-la dentro de seu plano de fundo histórico.

Palavras-chave: Baixa Idade Média; Teoria Política; Álvaro Pelayo.

## Sumário

Introdução .....	8
Capítulo I. As folhas do Outono – alguns aspectos acerca do século XIV .....	15
I.I Os últimos suspiros da teocracia pontifícia e a era dos reis legisladores.....	16
Capítulo II. O frande e o espelho.....	26
Capítulo III. Entre dois gládios: a teoria política pelagiana .....	32
III.I As virtudes para um bom rei.....	37
Os frutos da Primavera – a guisa de uma conclusão .....	41
Referências Bibliográficas.....	45



## Introdução

Por que estudar a Idade Média? Ou, visando uma maior precisão, por que analisar um recorte temporal situado na Baixa Idade Média, no espaço geográfico da Península Ibérica, através dos eixos teórico-metodológicos da Teoria Política e da História da Igreja? Tais perguntas encontram inicialmente suas respostas a partir de indagações bastante elementares e simples, até *primárias*, arriscaríamos a dizer. Podemos elencar como um dos pontos de partida a existência de visões e (pré)conceitos<sup>1</sup> que, embora ultrapassados, a todo momento podem ser ouvidos nos jargões populares, vistos nos documentários exibidos pela mídia, e até mesmo, observados no seio da Academia. “Idade Média, idade das trevas”, “dominação e submissão completa da vida pela Igreja”, “ignorância e rudeza”, “morte em larga escala”<sup>2</sup>... Colocações estas que nos são apresentados desde o Ensino Fundamental (neste sentido, os manuais didáticos contribuem muito) e que continuam presentes, por exemplo, nas mais recentes publicações que observamos nas estantes das livrarias.

Entretanto, as colocações expostas acima são críveis? Pode-se dizer que de fato houve uma hegemonia da Igreja sobre os indivíduos do período, mas em poucos – e em boa medida, raríssimos – momentos fora hegemônica politicamente, como se costuma imaginar; tal aspecto, muito pelo contrário, pode ser pensado do ponto de vista cultural ou religioso<sup>3</sup>, afinal a visão de mundo do homem medieval girava em torno de noções escatológicas e divinas orientadas para a salvação eterna, sem contar que o monopólio das letras e do conhecimento fora por muito tempo posse dos clérigos ou, altos membros da hierarquia eclesiástica (e nestas relativizações vemos as particularidades: os padres de zonas rurais, encarregados de uma comunidade muitas vezes isolada e com um contanto mais do que limitado com a paróquia eram muitas vezes tão desprovidos da prática de leitura e escrita

<sup>1</sup> Termo este que Hilário Franco Jr. faz uso na “Introdução” de sua obra “A Idade Média: Nascimento do Ocidente”; neste capítulo o autor oferece um bom histórico das “múltiplas Idades Médias” esboçadas ao longo dos séculos – até culminar no final do século XX – e, em sentido geral, uma revisão do próprio conceito (ou, como ele mesmo refere, (pré)conceito) de “Idade Média”. Para tanto, conferir: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2ª ed. ver. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

<sup>2</sup> Régine Pernoud em sua obra “Idade Média: o que não nos ensinaram” é uma boa referência neste sentido; além de narrar o caso de um palestrante que solicita a ela a data, local e nomes dos diplomatas que assinaram os termos que puseram fim ao período medieval, estabelece discussões que permeiam muito bem as séries de preconceitos, enganos e desinformações acerca do período, algo que fica muito bem claro pelos subtítulos um tanto provocativos de sua obra: “Deformados e desajeitados”, “Rudes e ignaros”, “Torpor e barbaria”, “A mulher sem alma”, “o Índice acusador” – apenas para citar alguns exemplos. PERNOUD, Régine. *Idade Média: o que não nos ensinaram*. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Conversas com Jean-Luc Pouthier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

quanto os camponeses fiéis que faziam parte de seu rebanho). Este fora um ponto. Ignorância e rudeza? Seria o caso então de ignorarmos os “homens de saber” que Jacques Verger tão bem nos apresenta, ou, como décadas antes dele traz Jacques Le Goff ainda sob a alcunha de “intelectuais”<sup>4</sup>? Desconsiderar as teorizações acerca da sociedade trifuncional, o método e filosofia escolástica, o Platão e Aristóteles medievais? Ou, generalizar de tal forma que toda uma sociedade era rude e ignorante, negligenciando os hábitos de uma corte, nobreza – como a de Alfonso X, o Sábio, rei de Castela –, de um Papado ou Império com pontífices doutos, exímios canonistas e políticos, no caso da Igreja, de uma “corte trilingue” sob a égide de Frederico II no Sacro-Império Romano Germânico...

A morte, por outro lado, fornece alguns indícios que podem muito bem enganar leitores desatentos: as chamadas “danças da morte”, características justamente de nosso recorte cronológico, seduzem-nos muito bem e atraem suas atenções aos seus funestos bailares, mas não são o suficiente para encobrir os altos índices demográficos que são observados durante o período anterior que compreende as primeiras Cruzadas, por exemplo (movimento este que, dentre outros motivos, é inclusive rota de escape para uma nobreza beligerante excedente dentro dos reinos da Cristandade) e que voltam a ter espaço algum tempo depois de seu primeiro foco de propagação.

Do que fora mencionado anteriormente, é possível que o item mais recorrente e impactante seja o que faz jus à alcunha de *Idade das Trevas*. Seria mais correto pensarmos o termo a partir de uma construção ideológica e cultural do Renascimento e, sobretudo, do Iluminismo no sentido de denegrir a imagem do período anterior em valoração de suas próprias competências e realizações (afinal, não fora Petrarca – 1304-1374 – o primeiro a cunhar o termo “*medium tempus*”, tendo em vista a conjectura na qual estava inserido<sup>5</sup>?).

---

<sup>4</sup> Como fica subentendido, preferimos o termo “homens de saber” de Jacques Verger (em “Homens e Saber na Idade Média”) para nos referirmos a um novo grupo que surge, sobretudo, a partir do Renascimento do Século XII, e é composto por indivíduos a que hoje atribuímos o adjetivo de “intelectuais” (termo este que adquiriu sua atual conotação apenas no século XIX) sendo os “[...] detentores de valores culturais, que lhes permitem o exercício de profissões, a participação no poder e até mesmo a atividade erudita.” Tal categoria é importante em nosso trabalho justamente por conta de nossa personagem central, o qual inserimos sem dúvida alguma dentro desta esfera VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 08.

<sup>5</sup> É importante que também não caiamos no equívoco de lançar todos os equívocos cometidos acerca deste período em Petrarca e nos demais humanistas italianos: estes ansiavam por sair do período de “indefinição” entre a Antiguidade memorável, virtuosa e um bom futuro – em que, dentre outras coisas, a Igreja corrompida pelo século voltasse ao ideal puro como Santo Agostinho havia proposto em sua “Cidade de Deus” – ou seja, homens medievais em seus anseios. O termo “*medium aevum*”, em substituição do “*tempus*” só vem a tona em 1676 quando Christoph Cellarius (latinização de Keller) publica uma história medieval; a nomenclatura radicaliza-se no século XVIII, “das Luzes”, lançando o medievo na escuridão novamente. LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 56-59.

Algo como um “auto-mérito” destes homens, ao afirmarem terem recuperado o mundo clássico, lançado à escuridão do milênio que os antecederia quando “caíra o Império romano diante das vagas bárbaras no ano de 476, quando da deposição de Rômulo Augusto pelo chefe Odoacro”<sup>6</sup>. Construções, apropriações, modelações e seleções, bem visíveis na seguinte passagem de Pernoud:

“Ora, se se examina em que consistia, realmente, este Renascimento do pensamento e da expressão antigos, parece certo que não se tratava senão de uma determinada antiguidade, a de Péricles para a Grécia, e para Roma, da que se inspira no século de Péricles. Resumindo, o pensamento e a expressão clássicos, e somente eles: os romanos de César e Augusto, não os etruscos; o Partenon, mas não Creta ou Micenas; a partir daí a arquitetura era Vitruvius; a escultura, Praxíteles. Estamos esquematizando, é certo, mas menos que aqueles que empregam a palavra renascimento. No entanto, todos a empregam.”<sup>7</sup>

Apresentamos os vícios que podem ser taxados como de uma visão depreciativa ou, negativa do Medievo. Optamos por estes afinal são, como salientamos logo acima, os mais presentes no nosso dia-a-dia; há que se ressaltar, porém, a existência de uma série de outros elementos que poderíamos classificar como de uma visão “positiva” (ou mais claramente, *romântica*), que se caracteriza pela idealização de aspectos do milênio em oposição à sua “face gótica” – o amor cortês, os bravos e honrados cavaleiros que com suas reluzentes espadas, bravos alazões e um sinal da amada fixo na lustrada armadura, partem para o combate, rumam a Jerusalém e derrubam cem infiéis de uma única vez, vencem os mais importantes torneios e superam as mais audazes provações. Quem não se recorda de Ivanhoé, de sir Walter Scott, por exemplo<sup>8</sup>... Acerca destas duas visões, encontramos uma boa síntese a partir de Jacques Le Goff:

<sup>6</sup> A percepção de “queda”, “decadência” e outros termos neste sentido com relação à desestruturação e atualização do Império romano é um assunto bastante interessante – tanto pelo próprio processo histórico quanto pelo reflexo que pode oferecer a respeito da historiografia que o compunha. No que tange ao assunto, é imprescindível a referência a Renan Frighetto e algumas de suas obras e publicações, destacando aqui a sua mais recente: *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações* (séculos II-VII). Curitiba: Juruá, 2012.

<sup>7</sup> PERNOUD, Régine, *op. cit.*, p. 18.

<sup>8</sup> Obra que revela traços desta visão “positiva”: valorização dos ideais da Cavalaria, enaltecimento do heroísmo inglês – elementos significativos para um *nacionalismo* que floresce.

“A primeira dessas tradições, a negra, remonta ao humanismo, ao autodenominado Renascimento (o primeiro a ‘envolver em trevas a Idade Média’ é Petrarca), e foi infelizmente retomada, como num revezamento, pelas Luzes. Estava bem instalada nos círculos influentes da III República. A segunda versão, ‘catedrais’, constrói-se, por sua vez, depois da Revolução Francesa, quando Chateaubriand, contestando as Luzes, redigiu seu *O gênio do cristianismo* (1802), com o elogio da natureza e do gótico, da simplicidade, do ideal – grande livro poético, de resto.”<sup>9</sup>

Assim, o que podemos retirar do que fora discutido até aqui? Talvez, a observação de que cada período terá a sua representação de Idade Média, para adaptarmos a icônica frase de Georges Duby a respeito de Grécia e Roma; representação esta que encontra sua base inicial dentro da própria conjectura em que é concebida, dentro das próprias determinações do historiador, do homem de ofício, observável quando Jacques Le Goff narra sua trajetória pessoal dentro da disciplina histórica e suas motivações para adentrar nos rincões da “Idade das Trevas”.

Num primeiro momento esta ampla discussão pode parecer não possuir vinculação alguma com nossa proposta de trabalho. Porém, ligando os pontos entre as últimas colocações aqui feitas com as palavras que abrem esta introdução, talvez possamos ver aqui um objetivo quase “metafísico”, que permeará cada palavra do texto, estará indiretamente relacionada com o conjunto total de nossa composição: construiremos aqui a nossa Idade Média; um *medievo* que não é nem de trevas nem de luz, mas sim de homens, evocando novamente Georges Duby<sup>10</sup>. Buscaremos integrar o exercício da História repensando e refletindo acerca de muito do que fora dito e escrito na historiografia, principalmente ao longo do século XX; intentamos lançar novas luzes e, por conseguinte, gerar novas problemáticas ao já referido campo da Teoria Política e da História da Igreja – e da Idade Média, pensada como um todo.

A complexidade do contexto exposta ao longo de nossas reflexões demanda determinado nível de atenção, sobretudo por estar inserido num momento crucial para a Cristandade latina e, numa perspectiva mais ampla, da história da futura Europa e daqueles que terão relações ou conexões com ela: estamos diante da forja das bases do Estado moderno, bem como da subsequente consolidação dos pilares mestres de sua sustentação. As relações de poder nos reinos de Portugal e Castela – local em que focamos nossos estudos, tendo já em perspectiva o nosso recorte cronológico, ou seja, século XIV – testemunham

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*, op. cit., p. 23.

<sup>10</sup> DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

muito bem a favor de tal prerrogativa afinal, assiste-se a uma cada vez maior elevação da figura régia dentro do cenário político, centralizando em torno de si e de sua autoridade todas as funções administrativas, burocráticas, legislativas, dentre outras mais do reino – ou seja, eis aqui um momento impar na História da Idade Média<sup>11</sup> e na História como um todo.

Desta forma, dois fenômenos poderão ser registrados aqui, dentre inúmeros presentes, e de destaque no panorama recortado, e que terão relações entre si no que tange à nossa pesquisa: a já mencionada centralização do poder nas mãos do rei (projeto que fora iniciado basicamente com Afonso III, levado a cabo com D. Dinis e aprimorado com Afonso IV, no tocante ao reino de Portugal; em Castela assistimos aos mesmos projetos através do reinado de Fernando III, o Santo, Alfonso X, o Sábio e, já mergulhando em nosso pano de fundo, Alfonso XI, o Justiceiro), e o fim da premissa de Teocracia Pontifícia, frente à sujeição da Cúria de Roma ao reino francês, liderado no período por Filipe, o Belo (1268-1314), e a posterior transferência desta para a cidade francesa de Avignon.

Por ser o meio clerical nosso objeto central, é através de seu prisma que iremos analisar este contexto, e de que forma o *Sacerdotium* se articulou diante da nova realidade que começava a se esboçar por entre os séculos XIV e XV. Para tal tarefa, elegemos os trabalhos de Frei Álvaro Pelayo (c. 1270-1352), eminente clérigo, dentre outras atribuições que buscaremos desenvolver em capítulo mais a frente, redator de nossa fonte, o “*Speculum Regum*” (Espelho dos Reis, 1341-1344<sup>12</sup>), para, através das prerrogativas contidas em sua obra, analisar alguns dos argumentos de ordem espiritual na tentativa de defesa da já combalida soberania eclesiástica sobre o século, e ver de que modo estes se articulam com o contexto da centralização do poder em torno do rei e que por conta disso, desencadeia, dentre outros conflitos, a querela envolvendo Álvaro com o então soberano Afonso IV de Portugal dando, portanto, aos trabalhos do frade o grande embasamento argumentativo que caracteriza sua teoria política.

---

<sup>11</sup> Generalizamos este fenômeno por ser possível sua constatação dentro desta conjectura em outros reinos da Cristandade latina; se estes não ocorrem simultaneamente, o processo é dotado de características semelhantes. HOLMES, Georges. *A Europa medieval. Hierarquia e revolta (1320-1450)*. Lisboa: Presença, 1984.

<sup>12</sup> PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum)*. Vol. I-II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-1963. Obra traduzida diretamente do Latim pelo Dr. Miguel Pinto de Meneses, compondo um trabalho amplamente reconhecido por sua qualidade. Ademais, tal edição do *Speculum Regum* é bilíngue (Latim/Português), tornando possível, inclusive, a confrontação dos termos traduzidos com aqueles originais – o que pode ser extremamente útil, sobretudo no que tange ao quadro de virtudes, dado que muitas provêm de uma tradição romana clássica e por isso, podem conter múltiplos significados dependendo da interpretação por meio da tradução.

Aliado a isto, procuramos explorar dentro do *Speculum Regum* elementos que apontem para esta Cristandade em transformação, ao mesmo tempo em que elucidem o posicionamento da esfera espiritual diante da expansão do século e as medidas que a mesma tomará em defesa de seus valores. Assim, a partir da análise da teoria política de Álvaro Pelayo contida em nossa fonte, partiremos para a análise e reflexão de algumas questões e hipóteses surgidas ao longo de leituras, discussões e eventos relacionados à nossa pesquisa. Para tanto, lançamos os seguintes problemas:

1. Como Álvaro Pelayo articula seu posicionamento dentro do quadro teórico do seu tempo?
2. Sua formação em Degredos é definitiva e interfere em seu posicionamento? Também é definitiva para a força de seus argumentos?
3. Qual é o tipo de obra que o Bispo escreve – tratado jurídico, teológico? Como um Espelho serve para defender as causas eclesiásticas? Sobre a redação do Espelho: ninguém o encomendou como normalmente ocorre com relação à redação deste tipo de obra; quais são as ambições de Pelayo por detrás disso (a dedicatória é efetivamente para Alfonso XI de Castela ou indiretamente para Afonso IV de Portugal?)?
4. Quais são as virtudes/críticas mais destacadas?

Tendo-os em vista, lançamos as seguintes hipóteses, a serem comprovadas ou refutadas de acordo com os resultados obtidos através da análise da bibliografia reunida bem como de nossa fonte:

1. Álvaro assume uma posição pró-Papado da mesma forma como outros autores de seu contexto alinhados com tais convicções, insistindo nas ideias da *Plenitudo Potestatis Papal*;
2. Álvaro coloca a primazia do espiritual sobre o temporal por ser a alma superior à carne; entretanto, ainda vê que ambos devem trabalhar juntos para manter o todo orgânico da Cristandade – tal premissa tenta ser exposta a Alfonso XI mas principalmente a Afonso IV.

Assim, buscaremos definir a natureza do *Speculum Regum*, identificar os conselhos fornecidos por Álvaro Pelayo acerca do bem governar em relação com o contexto das ações

de Afonso IV e Alfonso XI bem como os elementos teóricos que indiquem o posicionamento pelagiano frente à Teoria dos Dois Gládios, apresentando nas páginas que se seguem nossos esforços em meio a tessitura de fins do Medievo.

## Capítulo I

### As folhas do Outono – alguns aspectos acerca do século XIV

Guerra. Fome. Peste. Uma trindade terrível quando comparada àquela que compõe a doutrina cristã – Pai, Filho e Espírito Santo – que esteve sempre presente ao longo do período medieval<sup>13</sup>. Destacamos este elemento devido ao fato de que em uma parcela considerável da historiografia acerca do assunto, é possível observar o quão pouco favorável, em todos os aspectos, é a imagem dos últimos anos da Baixa Idade Média – bem como os seus mil anos de duração em sentindo geral, compostos por um perfil negativo que beneficemente pouco a pouco se dissolve, tanto dos quadros acadêmicos como do conhecimento geral. Centrando-nos dentro deste quadro de fins do medievo, a destacar os séculos XIV e XV, podemos costumeiramente nos depararmos com uma sucessão de guerras, catástrofes naturais, *crises*, para usarmos de um termo bastante recorrente, que faz juz a série de eventos de grandes proporções que infligiriam à Cristandade latina severos golpes que abalariam suas estruturas... De maneira quase definitiva.

Dentro desta conjectura exposta, podemos assinalar os longos períodos de fome que atormentaram os reinos cristãos ocidentais (e mais além deles, sem dúvida), a Peste Negra que varreria, segundo Froissart, “a terça parte do mundo”<sup>14</sup> e, dotada de enormes proporções, a Guerra dos Cem Anos<sup>15</sup>. Este último evento, que irá se desenrolar de maneira intermitente ao longo do século XIV até alcançar seu término já em meados da centúria seguinte – tendo como data canônica o ano de 1453 – será responsável por mudanças em todas as esferas da sociedade europeia medieval, desde a política até a cultura, dando as bases para os pilares que sustentarão a Era Moderna. Entretanto, é demasiado simplista canalizar uma série de transformações compreendidas neste período rico em complexidade a um evento militar ou, a qualquer outro dos já citados – deixando-se, desta maneira, de apreender todas as demais esferas da experiência humana além, é claro, de reduzir as explicações referentes a Idade Média como meramente composto por “caos” e “trevas” perpetuando concepções um tanto equivocadas e tendenciosas.

---

<sup>13</sup> PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: Textos e Testemunhas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000; WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

<sup>14</sup> WOLFF, Philippe. op. cit., p. 20.

<sup>15</sup> FERNANDES, Fátima R. A Monarquia portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85), in: Instituições, Poderes e Jurisdições. Renan FRIGHETTO e Marcella Lopes GUIMARÃES (orgs.), Curitiba: Juruá, 2007, pp. 137-56; GIRARDI, Leonardo. A política pendular de D. Fernando I de Portugal (1367-1383) e sua relação com o Cisma do Ocidente (1378-1383). In: Revista Cadernos de Clio / PET de História UFPR, nº3, Curitiba, 2012, pp. 45-69.



Estamos tratando de um período de *transformações*, tão marcante quanto fora a Antiguidade Tardia, por alterar e atualizar as velhas realidades do Império romano, culminando nas bases da Alta Idade Média<sup>16</sup>, quanto pela Revolução Francesa e suas consequências, ou as duas Grandes Guerras Mundiais, nos futuros dias do século XX – para nos atermos apenas às convencionais “balizas temporais” da disciplina histórica.

Assistimos dentro desta realidade baixo-medieval reis surgirem como uma força política de expressão ainda maior do que outrora, fazendo valer efetivamente a velha sentença atribuída, ora a Alfonso X de Castela, ora a outros diversos autores de que “o rei é um imperador em seu reino”<sup>17</sup>; o Papado, que ascendera após a derrocada do Império carolíngio, sobrevivera e triunfara sobre as contendas movidas contra o Sacro-Império Romano Germânico, buscara o poder dentro da Cristandade e finalmente gozava há menos um século de proeminência na *Res publica christiana* – indo do pontificado de Inocêncio III (1198) ao conflituoso Bonifácio VIII (1303) – lentamente via seus sonhos sendo relegados às brumas do tempo a medida que Filipe, o Belo, rei de França lhe tirava a soberania arduamente conquistada. Apenas com estes exemplos, vemos que este não se trata de um período fechado dentro de uma esfera de sucessões de reis ou de batalhas com vitórias vazias. Há muito mais nesta conjectura a ser visto e, nas linhas adiante, buscaremos trabalhar alguns aspectos que reforcem nosso posicionamento.

## **I.I Os últimos suspiros da teocracia pontifícia e a era dos reis legisladores**

“[...] Inocêncio III, Honório III, Gregório IX e Inocêncio IV, conseguiram destruir, graças em grande parte à loucura de seus adversários, um inimigo que por quase dois séculos tinha lutado por conter o papado; com isso restabeleceram o controle direto de Roma sobre a Germânia, controle que os papas tinham praticamente perdido três séculos antes, mas, para chegarem a este resultado, agiram mais como políticos que como papas, com o emprego pródigo e implacável de sanções espirituais.”<sup>18</sup>

<sup>16</sup> O que pode ser percebido através das reflexões de Renan Frighetto, em especial na sua mais recente obra: FRIGHETTO, Renan. *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações* (séculos II-VII). Curitiba: Juruá, 2012.

<sup>17</sup> LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1984, vol. II; e ALMEIDA, Cybele Crossetti. *Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X*, in: Anos 90, Porto Alegre, Programa de História da UFRGS, nº16, 2002, pp.13-36.

<sup>18</sup> KNOWLES, David, OBOLENSKY, Dimitri. *Nova História da Igreja: a Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 1983, v. II. pp. 323-324

De Inocêncio III até o fim do primado de Bonifácio VIII, a Igreja pode assumir em paz a frente Cristandade, algo que apenas a ausência de um imperador no Sacro-Império poderia oferecer. Posto fim ao longo conflito de gládios, iniciado com a querela das investiduras que opôs Gregório VII a Henrique IV<sup>19</sup> e, por extensão, quase dois séculos o poder temporal do espiritual, finalmente o primado papal sobrepunha-se sobre seu histórico rival. Nas palavras de David Knowles e Dimitri Obolenski, durante sessenta anos, da eleição de Inocêncio III à morte de Inocêncio IV (1198-1254) a Igreja fora governada por “uma série de papas competentes, de forte personalidade”<sup>20</sup>, todos eles empenhados em manter e aumentar a supremacia da Sé Apostólica, utilizando-se, dentre várias ferramentas da matéria jurídica advinda da Universidade de Bolonha e extensivamente aplicada à Cúria; entre Alexandre IV e Bonifácio VIII não se há mais tantos Papas canonistas nem proeminentes políticos, entretanto, novamente a ausência do imperador resultava no não envolvimento da instituição em grandes comoções. Enfim, estes foram anos de glória para uma Igreja que pouco a pouco atingia o seu primado de cunho temporal sobre os fiéis da Cristandade – até a chegada de Bonifácio VIII.

Bonifácio VIII (Pontífice, 1294-1303) “[...] iria levar ao ponto máximo as pretensões do Papa ao domínio temporal, e com isso arrastaria o pontificado a uma humilhação de que só conseguiria refazer-se completamente dois séculos mais tarde. [...]”<sup>21</sup>. Muito embora fosse um canonista experiente, acompanhado por um grupo de teólogos que partilhavam da mesma opinião que a sua, ou seja, da verdade da doutrina concernente a primazia do poder espiritual, não possuía consciência de que os caminhos do tempo lhe trariam um adversário de pretensões e opiniões pertencentes a uma nova mentalidade: Filipe IV, o Belo, rei de França, neto de São Luís.

Forte e energético, além de tudo bastante pragmático, Filipe IV (rei 1268-1314) levou a sua querela com o Papado a outro nível por dois pontos de diferença: primeiramente, ele era *rei*, e não *imperador*, figura que perfilara todos os demais atos de desavença entre os dois gládios; segundo, a nova mentalidade que mencionamos logo acima caracterizava sua política, traduzida por um secularismo que privava o Pontífice de seus tradicionais pontos de apoio – como soberano de França, os argumentos e obrigações que impediam os imperadores

<sup>19</sup> SOUZA, José Antônio de C. R. de; BARBOSA, João Moraes. *O Reino de Deus e o Reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, pp. 22-32.

<sup>20</sup> KNOWLES, D.; OBOLENSKI, D., *op. cit.*, p. 355.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 361.

de romper os laços que os ligavam ao Papado eram bloqueados; ademais, uma disputa de cunho secularista vetava ao Papa qualquer recurso de cunho moral ou espiritual contra o seu adversário. Assim, algo que se iniciou com o fim das taxações cobradas dos eclesiásticos de França e teve como contrapartida a proibição de qualquer retirada de moedas do reino, culminou numa série de tratados de ambos os lados cuja extensão e interesse ideológico não se via desde os tempos de Gregório VII, conforme podemos observar das palavras de Knowles e Obolenski:

“[...] em favor do rei apareceram, entre outros, a célebre *Disputa entre um clérigo e um cavaleiro*, e o mais digno mas não menos violento *Rex Pacificus*. Do lado do Papa um grupo de teólogos competentes, entre os quais se contavam Henrique de Cremona e os agostinianos Gil de Roma e Tiago de Viterbo, levou a limites extremos a supremacia pontifícia. [...]”<sup>22</sup>

O ponto auge do embate foi a publicação da *Bula Unam Sanctam*; nela, Bonifácio VIII levava ao auge as teses da teocracia pontifícia, elencando premissas que combinavam tudo o que já havia sido desenvolvido desde a Teoria dos Dois Gládios, de autoria do Papa Gelásio I, passando pelo *Dictatus Papae* de Gregório VII (célebre no que tange ao início das tensões entre Império/Papado) e as postulações de Inocêncio III. Podemos ver o tom de rivalidade de suas colocações através do seguinte trecho retirado da obra de Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez:

“E aprendemos das palavras do Evangelho que nesta Igreja e em seu poder estão duas espadas, a espiritual e a temporal [...] Na verdade, aquele que nega estar a espada temporal em poder de Pedro interpreta mal as palavras do Senhor: ‘Põe a tua espada na bainha’. Ambas estão em poder da Igreja, a espada espiritual e a material. Mas a última é para ser usada para a Igreja, a primeira por ela; a primeira pelo sacerdote, a última, pelos reis e cavaleiros, mas de acordo com a vontade e permissão do sacerdote. Uma espada, portanto, deverá estar sobre a outra, e a autoridade temporal sujeita à espiritual [...] Se, portanto, o poder terreno erra, será julgado pelo poder espiritual; e se um poder menor erra, será julgado pelo maior. Mas se o supremo poder erra, apenas poderá ser julgado por Deus, não pelo homem [...] **Por tudo isto declaramos, estabelecemos, definimos e pronunciamos que é**

---

<sup>22</sup> *Idem*, p. 362.

**absolutamente necessário para a salvação de toda a criatura humana estar submetida ao pontífice romano.**<sup>23</sup>

Apesar de ser fortemente incisivo, o Pontífice não conseguiu impedir a voracidade de Filipe IV; sequestrado, como tantas vezes ao longo do Medievo aconteceu com os Papas, Bonifácio VIII fora feito cativo e, pouco depois de sua libertação, sucumbiu e faleceu. Inicia-se então um evento de enormes proporções, influente inclusive no futuro da Cristandade e que exercerá igual peso dentro das formulações dos teóricos prós e contra o Papado: o *Exílio de Avignon*. Compreendido por aproximadamente setenta anos (1309-1377) em que a Cúria Pontifícia esteve ausente da Cidade Eterna, causada por sua transferência a cidade francesa de Avignon, (às margens do rio Ródano, no sul de França), o Exílio, também conhecido como o *Cativeiro da Babilônia* – muito do nome devido à suntuosa e corrupta corte ali instalada – manteve o Papado sob a tutela dos soberanos franceses, fato este que deu fim completo às suas pretensões temporais; porém, esta conjectura marca um maior alinhamento das políticas pontifícias com as da corte parisiense – por exemplo, dos 134 cardeais feitos pelos papas avignoneses, “[...] mais da metade provinha do Limousin, Quercy, Gasconha, Narzonnais e de outras províncias do *Midi*. [...]”<sup>24</sup>, o que aponta muito bem a tendência para a órbita do reino de França<sup>25</sup>.

Muito embora possa parecer que a Cúria tenha caído em completa submissão e dependência de soberanos seculares, sua autoridade espiritual manteve-se – apesar das críticas de inúmeros contemporâneos da época, tal qual Petrarca – e mesmo no âmbito administrativo, seu poder não cessou de existir: na cidade francesa desenvolveu um imenso e complicado aparato burocrático capaz de responder a todas as ações eclesiásticas da Cristandade latina. Uma chancelaria congregando inúmeros escrivães encarregados da redação das bulas e cartas; a Câmara Apostólica, gabinete responsável por receber os pagamentos e manter as contas; um tribunal chamado “Rota”, dedicado à decisão sobre as várias disputas legais relacionadas a direitos e benefícios; a Sagrada Penitenciária, a qual estava confiada as dispensas e censuras morais – sem contar, ademais, com as outras centenas de funcionários com criados de

<sup>23</sup> Aemilius Friedberg. *Corpus Juris Canonici*. Pars secunda. *Decretalium Collectiones*, Graz, 1955, cols. 1245 e 1246. Apud ESPINOSA, F. *Antologia de textos medievais*. 3.ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, pp. 337-338 Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe, *op. cit.*, pp. 138-139. (destaque nosso.)

<sup>24</sup> HOLMES, George, *op. cit.*, p. 80.

<sup>25</sup> Todavia, é interessante que mesmo dentro do reino de França, o Papado assumia mais características de sua parte sul do que a do norte, onde estava o centro do poder; em carta endereçada ao rei Carlos IV, João XXII informa-o de que tinha dificuldades em compreender suas cartas por ter se esquecido da *langue d’oil* devido a utilização mais frequente da *langue d’oc*. HOLMES, George, *Ibidem*.

cardeais, banqueiros, mercadores, homens de lei... Tudo o que conferia um ar “cosmopolita” a Avignon e ao Pontífice, um amálgama de poder principesco com autoridade espiritual<sup>26</sup>.

Entretanto, que relação podemos estabelecer entre as ocorrências um tanto dramática para a Igreja – e para o poder espiritual em sentido mais amplo – expostas acima com a distante Península Ibérica, foco de nosso estudo? Para entendermos a pergunta, é necessário ter-se em mente um dado elemento: no século XIII, o movimento de Reconquista (retomada dos territórios outrora dominados pelos visigodos que foram arrebatados pelos muçulmanos no início do século VIII) estava esgotado. Monarquias que se forjaram no calor da expansão iniciada a partir das pequenas unidades cristãs no norte da Península, uma nobreza que até então encontrava sua força de justificação no empreendimento bélico e, até certo ponto, religioso, não possuía mais uma das suas razões de ser. Lentamente surge então um esforço interno dos reinos ibéricos para se ordenarem política e teoricamente – e aqui vemos o sentido na composição de largas obras de cunho legislativo, como o de Alfonso X, o Sábio, de Castela<sup>27</sup> ou, todo o esforço de Afonso III<sup>28</sup> e seus sucessores, D. Dinis e D. Afonso IV<sup>29</sup> em Portugal..

É desta conjectura que tiramos então o significado de uma fração do subtítulo deste presente capítulo: a “era dos reis legisladores<sup>30</sup>”; uma arbitrariedade, assim como o próprio termo “Idade Média” o é para a Academia; apenas gostaríamos de aludir usando tal colocação

<sup>26</sup> HOLMES, George. *Idem*, pp. 74-83; KNOWLES, D.; OBOLENSKY, D., *op. cit.*, pp. 435-443.

<sup>27</sup> O trabalho jurídico alfonsiano fora produzido entre 1250 e 1272 – apresentando, segundo Paulo Roberto Sodré, datações não muito consensuais. São elas: *Espéculo* (1255), *Fuero Real* (1255), *Setenário* (1256) e *Las Siete Partidas* (1256-1265, segunda versão de 1272). Para mais, conferir: SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó, e o novelo. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho; SODRÉ, Paulo Roberto (orgs.). *Série estudos medievais 2: fontes*. Araraquara: ANPOLL, 2009, pp. 517-529.

<sup>28</sup> FERNANDES, Fátima Regina. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III: direito material e direito processual*. Curitiba: Juruá, 2000. De forma bastante sintética, podemos ver o seguinte no *Prefácio* da referida obra: “Afonso III, rei de Portugal, pertencente à dinastia de Borgonha, que reinou de 1245 a 1279, é o primeiro rei português a investir na organização administrativa do seu reino. Para tanto, emite leis gerais que mais tarde serão compiladas no **Livro das Leis e Posturas**, coletânea elaborada nos fins do século XIV, inícios do XV. [...] Estas leis atendem principalmente à necessidade de estabilização da ordem pública, fixação de direitos e ordenação dos processos judiciais. São, portanto, medidas legislativas que correspondem às aspirações do povo português **ao mesmo tempo que se constituem em meio de fortalecimento do rei**. [...] Afonso III insere, assim, Portugal, no ritmo da evolução estrutural europeia que vai culminar com o fortalecimento dos Estados que permitirá, por sua vez, o desenrolar da expansão ultramarina.” – destaque nosso.

<sup>29</sup> SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: A Monarquia Feudal* (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 373, 383-385.

<sup>30</sup> SENKO, Elaine Cristina. Uma análise do ideal da Iusticia através do Prólogo da Primeira Partida do rei Alfonso X, o Sábio (1221-1228). In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; BIRRO, Renan Marques. *Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo*. Vitória: DLL/UFES, 2013, p. 518 – a autora referência como “época”, ao invés de “era”, como nós.

um fenômeno salutar que começa a se desenvolver nas últimas centúrias da Baixa Idade Média: a centralização do poder régio. Assim, tal marco denota justamente este processo que eleva, mais do que em qualquer outro período, a figura do rei, que passa a concentrar em torno de si as funções administrativas, legislativas e judiciárias – dentre outras competências, sem dúvida alguma – do reino e a exercer sobre ele ainda mais autoridade do que antes (outrora quase sempre contido pelas autoridades colegiadas). O fenômeno legislativo tem espaço então justamente no sentido de auxiliar o rei em seus intentos que caminham alinhados com a defesa da fé cristã, a busca pela paz e unidade do reino e o exercício e cumprimento da justiça – empregue pelos soberanos referenciados anteriormente. Podemos ver nas palavras de Elaine Cristina Senko uma boa síntese deste outro quadro ao qual nos debruçamos:

“De fato, este fenômeno legislativo, que estava vinculado ao Renascimento do Direito Romano no século XII, tornar-se-á um dos pilares no século seguinte na busca por uma formação identitária por parte do reino de Leão e Castela e do reino de Portugal. Pois bem, esse período do século XIII na Península Ibérica configura-se como uma época, em relação ao plano externo, de afirmação decisiva do poder régio diante do Império e do Papado; e em relação ao plano interno, de busca pelo fortalecimento através de trabalhos legislativos, de uma política autônoma e de renovações administrativas. [...]”<sup>31</sup>

É o que observamos, portanto, nas políticas régias de soberanos como Afonso IV de Portugal, “o Bravo” (rei de 1325 a 1359) e Alfonso XI (1312 até 1350), “o Justiciero” - cognomes que lhes foram atribuídos após a vitória conjunta contra as forças muçulmanas a que enfrentaram em 1340, na batalha do rio Salado<sup>32</sup>. Antes de nos aprofundarmos em questões mais específicas relacionadas ao nosso trabalho, é importante conhecermos brevemente as duas figuras. Iniciemos, pois, com o rei lusitano, a partir da combinação de palavras de dois estudos clássicos a respeito da história de Portugal, “1325-1480”, parte do volume II da coletânea de José Mattoso redigida por Armindo de Souza (obra já referenciada aqui) com a de Antônio H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*<sup>33</sup>, obtemos uma excelente síntese que corrobora na compreensão de nosso recorte.

<sup>31</sup> *Idem*, pp. 518-519.

<sup>32</sup> FERNANDES, Fátima Regina. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013, pp. 87-120.

<sup>33</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Ed. Presença, 1986.

D. Afonso IV ascende ao trono em 1325, sucedendo seu pai, D. Dinis (1261-1325), com quem travou luta anos antes. Parte da nobreza lhe prestou auxílio em tal contenda, sobretudo como revanche às suas medidas centralizadoras, sendo retribuída por um tempo pelo novo rei, que chegou a ser o soberano feudal modelo – até se fortalecer e retomar as medidas centralizadoras do pai. É importante salientarmos que todo o quadro de mudanças que evocamos pouco antes, no início deste capítulo, estava agindo inclusive no reino de Portugal, o que podemos exemplificar através da maior projeção no cenário europeu, devido à expansão comercial, ou algumas transformações na própria sociedade trinitária, na qual destacamos principalmente a Nobreza e o Clero, por pertencerem ao meio que tratamos: a centralização do poder levou à uma renovação da Nobreza (a exceção de alguns pequenos fidalgos)<sup>34</sup>, e o Clero encontrou dificuldades para se adaptar às novas transformações, burocratizando-se, e secularizando-se, fazendo cada vez mais parte da vida profana.

Mesmo que tenha havido focos de resistência por parte de estruturas medievais mais obsoletas, o predomínio das novas, destacando-se a de governo, centralizado e sob as rédeas do rei, sobressaiu-se, como denota o surgimento de uma legislação geral, da instituição do beneplácito régio (com o filho e sucessor de Afonso IV, D. Pedro I), da nacionalização de dioceses e ordens militares e, também muito importante, a nova tributação estipulada pela Coroa, que não respeitava privilégio algum, caindo sobre nobres e clérigos, visível no reinado do soberano que abordamos agora e que fica muito bem exposto pelo trecho a seguir:

“[...] o Rei e a burocracia da Coroa invadiam as prerrogativas dos senhores, interferiam nas suas terras, sobrepunham-lhes uma doutrina, uma autoridade e um centralismo que violavam todos os seus direitos e tradições. Até na guerra as novas invenções e estratégias retiravam gradualmente força e significado à cavalaria, ao castelo e a combate individual.”<sup>35</sup>

Afora estas características, a paz na Península foi um marco no seu reinado, salvo um curto intervalo de 1336-1339 quando veio novo conflito com Castela, resultado de más bodas entre a filha de D. Afonso IV e D. Afonso XI de Castela, além da oportunidade da nobreza castelhana, descontente com seu rei, apoiar o soberano português. A Cruzada contra os muçulmanos feita logo após a guerra veio a cimentar a amizade com o vizinho castelhano, que atacado, solicitou ajuda de toda a Cristandade e especificamente, dos reinos próximos, no

<sup>34</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Ed. Presença, 1986, 10-13, 279-280.

<sup>35</sup> MARQUES, *idem*, p. 279.

que foi atendido por D. Afonso IV em pessoa; deste movimento militar podemos destacar a já mencionada Batalha do Salado (1340) por meio da qual, mais tarde, recebeu o epíteto de *o Bravo*.

A guerra com Castela (1336-1339) empreendida por D. Afonso IV levou a uma sobretaxação e até mesmo ao confisco dos bens eclesiásticos, especialmente aos de Silves, local para onde fora designado pelo Papa João XXII, anos antes, nosso personagem central: Álvaro Pelayo. Tomando o fato como injusto, Pelayo redige uma carta endereçada ao soberano (possivelmente entre 1336-1337) tratando do matrimônio de D. Constança (parte significativa da guerra), bem como se justificando pelo seu não comparecimento nas Cortes, a qual fora convidado por carta real. Na mesma, Álvaro censura duramente o rei português tanto pela guerra contra Castela, que causava malefícios a muitas gentes, quanto por fazê-las à custa de bens eclesiásticos, destinados a socorrer os pobres e necessitados. Uma segunda carta mantinha os mesmos tons, além de exortar o fato de o rei ter cobrado impostos arbitrários da Igreja de Silves, sem antes ter pedido a autorização da Santa Sé e, por conseguinte, ter violado a imunidade eclesiástica e desrespeitado a jurisdição episcopal.

No lado castelhano, temos um soberano voltado para as mesmas finalidades. Sobrinho de Afonso IV, Alfonso XI tinha apenas um ano quando ascendeu ao trono após a morte repentina de seu pai, Fernando IV (1312) estabelecendo-se, portanto, uma regência tumultuada que durará até 1325, quando aos quinze anos finalmente (e com alguns movimentos da política regencial) tem sua maioridade declarada. A partir deste momento, o soberano trabalha arduamente para fortalecer o poder real, algo que se traduz pela dissolução das chamadas *hermandades concejiles*, instâncias reunidas pelas cidades (estas vinham ganhando cada vez mais projeção e importância desde o Renascimento do século XII) que buscavam atuar como instrumentos de controle da ação monárquica, participando do exercício do poder que já estava dividido entre o régio – dotado de sua grande maioria – e nobiliárquico<sup>36</sup>.

Este último segmento mencionado, o nobiliárquico, também é posto à atenção de Alfonso XI pelo fato de que os séculos de Reconquista havia encorajado o desenvolvimento de uma alta nobreza “[...] possuidora de propriedades rurais muito extensas que foram muitas vezes obtidas através da doação de território mouro no decurso do movimento cristão de norte

---

<sup>36</sup> MÍNGUEZ, César Gonzáles. Aproximación al estudio del ‘movimiento hermanadino’ en Casilla y León. In: *Medievalismo - Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Ediciones de la Universidad de Murcia, Espanha, n. 1, 1991, pp. 35-55.



a sul. [...]”<sup>37</sup> – e que, tal qual em outros reinos da Cristandade, queria preservar as propriedades da família e principalmente, evitar serem subjulgados poderosa; disso já vemos os conflitos que Alfonso X teve com o segmento durante seu reinado, chegando inclusive a creditar a ele a desistência de sua reclamação ao trono do Sacro-Império. Seu bisneto, porém, mostrou-se pouco afeito às demandas nobiliárquicas: controlara de forma efetiva seu poder sobretudo empregando homens instruídos no Direito Romano que foram capazes de fortalecer a posição jurídica da Coroa. No ano de 1348, depois de uma interrupção realizada por Sancho IV devido aos meios ilícitos aos quais se utilizou para haver a sucessão do rei Sábio, *Las Siete Partidas* foram proclamadas como força de lei. Tal compilação seria usada então como tentativa de “[...] definir o papel do rei de Castela como um governante paternalista com poderes que se baseavam no Direito Romano e Canónico. [...] não mostravam qualquer simpatia para com uma classe de magnates como um espírito independente [...]”<sup>38</sup>.

Em paralelo a estas questões de cunho mais político, Alfonso foi um dos melhores soldados dentre os soberanos de Leão e Castela, colocando seus dotes militares completamente ao lado da causa da Reconquista e tendo sua primeira campanha contra os infiéis datada de 1327, pouquíssimo tempo após o início de seu reinado. Talvez o maior destaque dentre suas batalhas seja mesmo a do já mencionado rio Salado – é nela que se assiste o último esforço dos mouros em recuperar suas posições perdidas em território hispano, quando o rei de Granada, Yusuf I, aliou-se ao emir de Marrocos Abul-Hassan e juntos enfrentaram as forças cristãs conduzidas pelos soberanos de Portugal e Castela tendo um infeliz resultado. Virtualmente, o fim da agressão muçulmana em terras castelhanas estava encerrado; em 1349, Alfonso XI encontra-se no cerco da Praça de Gibraltar, tomada em 1333 e nela, conhece seu fatídico destino, não pelas mãos do infiel ou de qualquer outro homem:

“[...] pero al campamento real llegó la peste, que entonces hacía estragos en toda Europa, y de ella murió allí mismo el insigne rey castellano. Su mejor elogio lo hace un historiador enemigo, Abenaljatib, al escribir que hubiera arrojado de España a los musulmanes de no haberlos mirado Dios con ojos de misericordia. El rey de Granada participó al de Fez con alegría la muerte del que llamaba ‘tirano’ de Castilla. [...]”<sup>39</sup>

<sup>37</sup> HOLMES, George. *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 52.

<sup>39</sup> BLEYE, Pedro Aguado. *Manual de Historia de España. Tomo I, Prehistoria/edades antiga y media*. Madrid: ESPASA-CALPE, 1958, p. 714.

Alfonso XI foi o único monarca da Cristandade latina a ser levado pela Peste Negra. A partir deste dado podemos observar a dinâmica de todos os elementos que compunham o século XIV e principalmente, a presença deles para além de uma ficção ou, porcentagem anotado pela de algum cronista anônimo. Neste caso, é um dos elementos da trindade sinistra quem age e mostra que camponeses, padres, bispos, nobres, Papas e reis, sem exceção, eram convidados a juntar-se nesta macabra dança da morte.

A partir deste cenário que expomos, especialmente em vista dos dois fenômenos que aqui buscamos focalizar – ou seja, o declínio das prerrogativas de supremacia pontifícia e da centralização do poder em torno da figura régia – destacando as figuras de Alfonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal por estarem intimamente ligados ao nosso objeto de estudo, estamos preparados para seguir em frente. É hora, portanto, de trazermos a lume Álvaro Pelayo e sua obra, o Espelho dos Reis (*Speculum Regum*) a fim de entendermos como ele se encaixa nesta conjectura e principalmente, elucidarmos alguns últimos aspectos antes de efetivamente analisarmos sua teoria, munidos para tanto de todo um arcabouço teórico capaz de permitir a compreensão de suas intenções.

## Capítulo II

### O frade e o espelho

“Álvaro Pelayo esteve profundamente ligado às questões de seu tempo”<sup>40</sup>. Tal expressão consta como uma máxima em boa parte dos trabalhos que focam seus esforços especificamente na figura do frei galego<sup>41</sup>. Entretanto, a mesma tem o seu fundo de embasamento, principalmente se nos pautarmos no fato de Álvaro Pelayo haver se detido longamente nos eventos da primeira metade do século XIV – dois desses mencionados no capítulo anterior, ou seja, a centralização do poder régio e a querela entre o poder espiritual e temporal que culmina na fragilização do primeiro – e formulado sua *teoria política* como reflexo ou, em resposta a eles. Muito embora a época da redação do *Speculum Regum* as lutas entre o poder espiritual e temporal já estivessem frias e relegadas às brumas do tempo<sup>42</sup> (afinal, entre 1341 e 1344 o Papado já estava solidamente instalado em Avignon e a muito Bonifácio VIII já havia falecido, juntamente com Filipe, o Belo, de França), a composição de sua obra denota a força e permanência que tais teorias apresentam, sobretudo quando os motivos que impulsionam a sua criação já foram superados.

Frei Álvaro nasceu por volta do ano de 1270, sendo quase impossível precisar a data por escassez de dados. O que se sabe com certeza é sua procedência galega, mais especificamente de San Juan Del Salnés, Cambados, Província de Pontevedra, pertencente à arquidiocese de Santiago de Compostela, e que fora filho bastardo do nobre D. Payo Gómez Chariño, importante almirante da corte castelhana, bem como considerado como um dos maiores trovadores galegos do século XIII. Por tal posição prestigiosa de seu pai, Álvaro conseguiu ter sua educação garantida em meio à corte de D. Sancho IV, rei de Castela (1284-1295) a quem muito dedicou seu afeto e sempre deveu suas gratidões e elogios – estendidos por conseguinte a Alfonso XI, futuro rei<sup>43</sup>.

Para além de sua educação em tal corte,

---

<sup>40</sup> Seu nome pode aparecer de múltiplas formas: Álvaro Pais, Álvarus Pelagius... Optamos por manter a nomenclatura original, castelhana, para o desenvolvimento deste estudo.

<sup>41</sup> E aqui destacamos especialmente os trabalhos desenvolvidos por José Antônio de C. R. de Souza, Armênia Maria de Souza e Morais Barbosa.

<sup>42</sup> BARBOSA, João Morais. *A teoria política de Álvaro Pais no "Specvlvm Regvm"*: esboço duma fundamentação filosófico-jurídica. Lisboa: Ministério da Justiça, 1972.

<sup>43</sup> SOUZA, Armênia Maria de. A realeza cristã ibérica no Espelho dos Reis de frei Álvaro Pais (séc. XIV). *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 189-215.

“[...] em virtude de sua origem bastarda, Álvaro deve ter sido destinado à carreira sacerdotal e, com grande probabilidade de certeza, podemos supor que terá frequentado a renomada escola catedralícia de Compostela, tendo aí recebido uma formação cultural básica e filosófico-teológica bem sólidas a fim de poder exercer a contento seu ministério. [...]”<sup>44</sup>

Fora um “cosmopolita”, nas palavras de Armênia Maria de Souza<sup>45</sup> e podemos atestar o fato pela caminhada descrita tanto por essa autora, como por José Antônio de Souza. Álvaro viveu na Itália, onde cursou Direito na Universidade de Bolonha, possivelmente persuadido por parentes próximos que almejavam sua ascensão na hierarquia eclesiástica – tendo em vista que a Igreja do século XIII estava sendo governada em grande parte por Papas cuja formação era intelectual, destacando-se pela série de juristas; portanto, uma Igreja mais atrelada às ações políticas do que pastorais. Após sua estadia em Bolonha, segue para Assis, de onde sai na qualidade de frade da Ordem Menor de São Francisco – a junção entre o universitário e o frade menor é interessantíssima se tomarmos em conta a conjectura que começa a se esboçar a partir do já citado Renascimento do século XII: vemos as universidades surgirem como núcleos formadores de quadros, concorrentes no que era até então monopólio de clérigos, ou seja, do conhecimento e, pouco depois após as primeiras incursões de S. Francisco e S. Domingos, vários frades menores ingressando nas suas fileiras, vindo a tornarem-se, como Fátima Regina Fernandes bem destacou, eminentes teorizadores de reis, imperadores e Papas<sup>46</sup>.

Faz sentido então que, após este percurso, Álvaro acabe na corte papal de Avignon, atuando como penitenciário do Papa João XXII e finalmente, ocupe o bispado da diocese de Silves, em Portugal (atualmente diocese de Faro, no Algarve, sul do país), também eleito para esta função pelo Papa João XXII a quem cai nas graças, e lugar que permitirá o desentendimento que o frade terá com o soberano português. Sobre isso, é interessante observarmos as palavras de José Antônio de Souza:

“Entretanto, não cremos que os desentendimentos ocorridos entre o bispo de Silves e o monarca lusitano tenham apenas sido fruto de episódios circunstanciais. Na verdade, acreditamos que o motivo principal residiu basicamente na política

<sup>44</sup> SOUZA, José A. de C. R. de. *As relações de poder na Idade Média Tardia: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais O. Min. e Guilherme de Ockham O. Min.* Porto Alegre: EST Edições, 2010, p. 74.

<sup>45</sup> SOUZA, Armênia de, *op. cit.*, p. 190.

<sup>46</sup> FERNANDES, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade, *In: História*. São Paulo, nº28 (2), 2009, pp. 45-46.

centralizadora adotada por D. Afonso IV, seguindo as pegadas de seu pai, D. Dinis (1279-1325), e de seu avô, Afonso III (1248-1279), os quais, devido ao peso econômico e político do clero, tomaram proporcionalmente muito mais medidas contra o mesmo, do que em relação à nobreza, visto que os eclesiásticos, seculares ou regulares, impediam os soberanos de alcançarem seus propósitos aliados à burguesia. Aliás, pensamos ainda que não foi despropositadamente que João XXII, político experiente, nomeou D. Álvaro para o bispado de Silves.”<sup>47</sup>

Em vista ao trecho recortado acima, observa-se que o soberano português tinha ciência da trajetória do Bispo de Silves, sobretudo, de sua ativa participação na luta empreendida anos antes entre João XXII e Luís IV<sup>48</sup>. Como Souza nos sugere, eis então um bom motivo para que se fosse prestada atenção ao bispo, que por meio de suas atitudes poderia minar a política centralizadora que estava sendo empreendida. Em contrapartida, também vemos o apoio prestado ao Frei pelo Papa, que ao mesmo tempo, queria ter presente em Portugal uma pessoa com pulso firme e devotada aos interesses da Igreja para coibir as ações das autoridades laicas que estavam a serviço da Coroa, principalmente em questões que pertenciam estritamente à esfera espiritual; ninguém mais conveniente, para tal encargo, do que um especialista em *Utroque Iure* e douto em tantos outros assuntos.

Por meio dessas informações, podemos aferir que foi grande o arcabouço intelectual adquirido por Álvaro Pelayo, resultando numa matéria que dará forma e sustento ao seu trabalho, reforçando assim a primeira frase que citamos logo acima: “esteve profundamente ligado às questões de seu tempo”.

Dessa ligação com o seu tempo surgiu o conjunto maior de sua obra, composto por três grandes títulos, a saber: *De Statu et Planctu Ecclesiae* (1330-1332); *Speculum Regum* (1341-1344); *Collyrium Fidei Aduersus Haereses* (não há uma data precisa para sua redação, mas sabe-se que é posterior ao ano de 1344). Somando-se a essas, redigiu Pelayo outros três escritos menores: *Comentário ao Evangelho de São Mateus*, *Comentário sobre os Quatro Livros de Sentenças* e *Sermão sobre a Visão Beatífica*<sup>49</sup>. Na trilogia principal, fica-se clara a atenção do autor para com a Cristandade, sobretudo a Igreja, salientando seus problemas (que foram representados principalmente pelas heresias, por conseguinte, elencadas no *Collyrium Fidei Adversus Haereses*) e dando-lhes soluções, estas que perpassam pela extensão de sua obra. Assim as sentenças formuladas no *Statu et Planctu Ecclesiae*, bem como a teoria

<sup>47</sup> SOUZA, José A. de C. R. de, *op. cit.*, pp. 85-86.

<sup>48</sup> Para tanto, conferir José Antônio de Souza, obra citada, página 11 e seguintes.

<sup>49</sup> BARBOSA, *op. cit.* pp. 15-19.

política que é esboçada nele acabam sendo complementadas e melhor lapidadas no *Speculum Regum*, obra esta que ao longo do tempo não fora tão densamente explorada como a primeira da trilogia ou a terceira (podemos quase equiparar a quantidade de trabalhos realizados em cima do *Collyrium* e do *Speculum*). No que tange a atribuições, é interessante mencionar o fato de que esta obra recebe a marca de “primeira obra de filosofia política redigida em Portugal”, o que por si só, atrai nossos interesses e foco de atenção.

Podemos dizer, com base no estudo de Jacques Verger<sup>50</sup> que a redação de Álvaro segue um padrão de lógica bastante centrada nos parâmetros escolásticos, o que se reflete na grande quantidade de títulos e subtítulos, responsáveis por uma coesa elaboração, discussão e desenvoltura de cada uma das ideias – e principalmente, *virtudes* e suas acepções – trabalhadas pelo frei galego. E além disso, destacamos a riqueza de fontes utilizadas pelo autor, reunindo em sua obra extratos dos autores clássicos (claramente cristianizados aqui, para bem servirem a seus propósitos) e, das bases doutrinárias cristãs, ou seja, os Padres da Igreja, textos de Santos, etc., sem contar o corpo jurídico que a formação em direito de Pelayo possibilitou para dar força argumentativa: o *Digesto*, o Direito Canônico, as Decretais – só para citar alguns elementos.

Conforme já fora dito, o *Speculum Regum* integra o quadro dos escritos de tradição especular, ou seja, é dedicado em seu princípio à orientação de um monarca à boa governança – neste caso, Alfonso XI de Castela, conforme podemos ver logo no prólogo da obra:

“Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim (Apoc., I, e XXI último), ao ilustre e ínclito Afonso, generosíssimo e vitoriosíssimo Senhor, príncipe e rei dos Visigodos, vigário terrestre de Cristo na província da Bética e terras circunjacentes, e nos dilatados reinos de Espanha, campeão católica e defensor da fé ortodoxa de Jesus, filho de Deus e e Santa Maria, chamada *Mãe de Deus* e *Mãe de Cristo*, reinante no ano do Senhor de 1341, e mais feliz havendo de reinar – Frei Álvaro, Menor de profissão, ministro e chefe da Igreja de Silves, doutor de Degredos, [envia saudações]. [...] Neste livrinho por dedicatória te envio o colírio com que possas ungir teus reais olhos interiores (Apoc., III; Dist., XLIX, cap. II, *Collyrio*; Dist., XIX, cap. Final), e o espelho em que assiduamente te contemples, confessando que a ti, meu senhor natural e afectuosíssimamente dilecto, nada de mais precioso e mais durável posso oferecer.”<sup>51</sup>

<sup>50</sup> “Homens e Saber na Idade Média”, já referenciado, destacando aqui o primeiro capítulo da obra.

<sup>51</sup> PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum)*, Vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955, p. 05.

O endereço desta dedicatória é interessante sobretudo pelo fato de Afonso XI ter apoiado alguns bispos em seu reino, além, é claro, de ser antigo inimigo do rei português – vemos então a centelha que conecta Afonso IV ao tratado, dados os maus termos existentes entre o frade e o soberano lusitano, já expostos logo acima.

Tal tradição especular, segundo David Nogales Rincón, pode ser remontada até o século IX, quando, no que tange ao Ocidente, surge a obra *Via regia* de Smaragdus de S. Mihiel (c. 810); seu período de maior difusão entretanto encontra-se justamente por entre os séculos XII e XIII, coincidido com a reformulação do poder monárquico sobre bases mais sólidas – chegando-se à necessidade de se fazer uma reformulação doutrinal do ofício régio, no sentido de superar as contradições teóricas e práticas que apresentam-se à nova conjectura, bem como fornecer à monarquia o suporte ideológico necessário para dar conta de seu projeto político<sup>52</sup>. Assim, muito embora utilizados com a finalidade de conter a figura régia impondo-lhe limites, traço bem salientado por uma das obras mais definidoras do gênero, o *De regimine principum ad regem Cypri*, de Tomás de Aquino (1265-1267 – obra que irá influenciar por longos anos todo o gênero servindo como base, por exemplo, a Egídio Romano na composição de uma obra homônima ou, ao próprio Álvaro Pelayo, que há de beber muito de tais fontes), essas obras prestarão grandes serviços às próprias autoridades seculares no sentido de se firmarem. Novamente, evocamos Fernandes por elucidar tal colocação quando diz:

“Os Espelhos de Príncipe medievais em suas fórmulas mais antigas, ou talvez possamos chamar originais, definem um perfil de contenção ética cristã dos reis na defesa subliminar dos ideais de universalidade assentes na supremacia pontifícia. No entanto, estes mesmos materiais doutrinários depois de glosados e atualizados seriam utilizados pelos reis como instrumento de cristalização de uma imagem modelar régia. Este modelo cristalizado, institucionalizado, serviria como matriz identitária do reino atingindo imediatamente a sua sociedade política e mesmo seus mais simples súditos. Todos partícipes de algo maior, o reino, à luz da imagem do rei.”<sup>53</sup>

Observa-se, portanto, que Tomás de Aquino e Egídio Romano em suas obras propõe a formatação ética, moral e cristã das prerrogativas régias dentro de uma forma que estas não

<sup>52</sup> NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. In: *Medievalismo*: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Ano 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 11-18.

<sup>53</sup> FERNANDES, Fátima Regina, 2009, *Op. Cit.*, p. 52.

pudessem ameaçar a *Plenitudo Potestatis* papal – o monarca, portanto, deveria limitar-se, educar-se e vigiar-se para manter seus vícios em pleno controle, visando o domínio de suas paixões pessoais. Alcançando este perfil ideal o soberano estaria preparado para posicionar-se acima da lei, podendo até mesmo corrigi-la; “[...] assim, reforçamos que estas obras buscavam formatar, definir o monarca ideal contribuindo, mesmo que involuntariamente para a institucionalização da figura régia; fortalecendo-a em si mesma, dentro de suas atribuições previstas.”<sup>54</sup>. Deste modo, fica claro o fato de que essas obras vão muito mais além do simples plano instrucional; tal característica é sobretudo recorrente nas produções posteriores ao final do século XIII e realizadas ao longo do XIV, quando, nos utilizando de uma disposição feita por Rincón sobre três períodos característicos do gênero, vemos o abandono de uma tradição oriental, preocupada principalmente com os aspectos éticos e morais, passando para uma emergência do plano teórico, não esquecendo-nos de mencionar a massiva incorporação de fontes latinas, a exemplo, francesas, as do direito castelhano, Romano ou Canônico, bem como a maior influência de filósofos como Cícero, Casiodoro, Sêneca, da Bíblia e da Patrística.

O *Speculum Regum* de Álvaro relaciona-se com este contexto, inclusive, de forma bastante simbólica: é ele quem consagra definitivamente a transição desta influência da tradição oriental e uma maior adoção dos próprios ocidentais, como Egídio Romano e também do círculo pontifício avignonês, que tenderá para formulações mais incisivas; do ponto de vista político, assiste-se ao surgimento de análises mais estruturadas e críticas com relação à prática do ideal régio, somando-se a isso a expansão do aristotelismo por entre as ideias de cunho político<sup>55</sup>.

Com isso, podemos finalmente passar à análise das premissas teóricas pelagianas e ver como os pressupostos aqui ressaltados encontram-se presentes dentro do *Speculum Regum*. Buscaremos analisar, portanto, as relações que Álvaro Pelayo edifica entre os poderes temporal e espiritual e como o mesmo fará uso dos conselhos dedicados a Alfonso XI (e que, como veremos, podem tê-lo também indiretamente a Afonso IV de Portugal) para modelar um modelo em que a esfera do religioso prevaleça acima da do profano.

---

<sup>54</sup> *Idem*.

<sup>55</sup> NOGALES RINCÓN, David. *Op. cit.*, pp. 16-17.



### Capítulo III

#### Entre dois gládios: a teoria política pelagiana

Passemos, portanto, à análise do espelho em si. Inicialmente, há que se destacar o fato de o plano político ser bastante abordado no princípio de nossa fonte, reflexo claro do momento em que fora redigida – muito embora um ano tivesse sido transcorrido, vivia-se ainda a euforia da retumbante vitória conquistada sobre os muçulmanos na Batalha do Salado. Vemos então uma verdadeira elegia ao caráter combativo de Alfonso XI, que, segundo Álvaro, por sua motivação em expandir a fé de Cristo e os territórios da *Igreja mãe* o soberano adquiriu tamanha conquista. Falamos apenas do rei castelhano, porém, Álvaro credita a Afonso IV parte da vitória, junto com as demais forças cristãs – entretanto, as referências diretas ao soberano português diminuirão de número mais e mais, justamente devido à proposta do tratado, voltada completamente para a figura do rei de Castela. – em outros casos mais, o lusitano servirá como exemplo no que concerne a uma ou outra virtude.

Com o passar do tempo, o nível ético torna-se cada vez mais predominante, acabando por dominar completamente da metade até o final a obra, como podemos observar pela intensa abordagem das virtudes<sup>56</sup>. Entretanto, as virtudes sutilmente misturam-se com a proposta política que nas entrelinhas Álvaro Pelayo expõe. De tal proposta, observamos inicialmente a colocação de que a Igreja é a comunidade dos cristãos, vivos e mortos, onde Cristo é sua cabeça e seu chefe – de modo resumido, uma comunidade mística de salvação, onde no plano terreno o Papa é seu vigário universal e chefe maior do conjunto da Cristandade<sup>57</sup>. Podemos até dizer que está dotado da *Plenitudo Potestatis*.

“Esta função dos sacerdotes é necessária na policia de qualquer reino, e é a mais digna de todas as funções desse reino. Ao sumo sacerdote, isto é, o papa, que é, em toda a civilização cristã, o principal vigário de Deus (Decretais, *De translatione*, cap. *Quanto*, e cap. *Licet*, *De maiortate et obdientia*, cap. *Solitae*), e o sumo sacerdote (Dist. XXI, § 1), e também aos outros bispos, todo o rei católico deve obediência como a pai espiritual (Causa XI, questão III, cap. *Si autem*; Decretais, *De*

---

<sup>56</sup> BARBOSA, *op. cit.*, pp. 31-33.

<sup>57</sup> Para não fugirmos em demasia de nova pesquisa, vale salientar apenas dois aspectos muito pertinentes levantados por José Antônio de Souza acerca das teorias opositoras de Marsílio de Pádua: 1 – Cristo não deixou nenhum chefe para a Igreja e São Pedro não teve nem exerceu nenhuma autoridade sobre os demais Apóstolos; 2 – Todos os sacerdotes, inclusive o papa, possuem autoridade igual. SOUZA, José Antônio de C. R. de., *As causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais*, in *Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, 2008, p. 281.

*maioritate et oboedientia*, cap. *Omnes*). Assim o determinaram os decretos de S. Pedro, S. Clemente, e todos os santos. E, porque também qualquer imperador é filho, defensor, e advogado da Igreja, e não seu senhor e chefe, deve submeter e não antepor as suas execuções aos chefes eclesiásticos. O príncipe cristão costuma obedecer aos decretos da Igreja, e não opor-lhe o seu poder. É de costume submeterem-se aos bispos, e não julgarem de suas cabeças. A autoridade eclesiástica é mais elevada do que a real. E é tanta a diferença entre o oiro e o chumbo, como a que medeia entre o poder espiritual e o poder terreno. Os reis humildes e devotos têm o dever de sujeitar as suas cabeças aos joelhos dos sacerdotes, aos quais beijado suplicamente as mãos rogam que os defendam com suas orações. [...]”<sup>58</sup>

Como muitos autores medievais, vemos a recorrência à *Teoria dos Dois Gládios*, elabora séculos antes pelo Papa Gelásio I (seu pontificado foi de 492 a 496), presente também na obra de Álvaro: como defensor da causa pontifícia/teocrática<sup>59</sup>, observa-se a atribuição de ambos os gládios – o temporal e o espiritual – ao Sumo Pontífice, pois outrora Cristo atribuíra o mesmo a São Pedro e esse, por consequência, a seus sucessores diretos, os Papas – vemos um reflexo bastante grande das vozes de autoridade da Igreja, como das prédicas de Gregório VIII ou da própria *Bula Unan Sancta* de Bonifácio VIII, a qual já expusemos uma parte bastante significativa no Primeiro Capítulo deste estudo.

Com base nessa premissa, ou seja, de que a Igreja é dotada de ambos os gládios, e de acordo com a doutrina da *Translatio imperii* (que ainda no *De Statu et Planctu Ecclesiae*, Álvaro tenta refutar as asserções no opúsculo de Marsílio de Pádua, intitulado *Sobre a translação do Império*<sup>60</sup>), o Papa é a origem e causa eficiente do poder temporal, assunto muito caro para o frei galego. Graças ao Pontífice, se originou o Império Ocidental e também o poder imperial do imperador – e por consequência, não cumprindo suas prerrogativas, o Papa tem o direito de julgá-lo e destituí-lo do poder: “[...] Em razão destas duas superioridades, pode o papa, como Cristo, depor os imperadores e os reis, por causa de seus crimes, se forem incorrigíveis [...]” e

“[...] Deus quer que a sua Igreja seja orientada e governada como mais convém à salvação dos fiéis e à fé; mas os príncipes seculares depressa convertíveis em

<sup>58</sup> PAIS, Álvaro, *op. cit.*, p. 37, vol. I.

<sup>59</sup> AZNAR, Bernardo Bayona. Las poliédricas lealtades de Francesc Eiximenis (1328?-1409). In: SOUZA, José Antônio de C. R. de Souza (org.; coord.). *As relações de poder: do Cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa*. Porto Alegre: Est Edições, 2011, p. 110.

<sup>60</sup> SOUZA, José Antônio de C. R. de, *op. cit.* p. 238

tiranos, como sucede a muito, é útil e necessário que sejam julgados pelo vigário superior de Deus na Igreja, por cujo respeito se retraiam de exercer a tirania.”<sup>61</sup>

Já o contrário não pode acontecer – a jurisdição do Papa vem de Deus e não do homem, sendo assim, a autoridade temporal não tem o direito de julgar o Pontífice (Álvaro Pelayo deixa claro que seu poder também provém de Deus, mas recebe-o por meio do Papa).

No caso do Imperador, este é tido como *minister Ecclesiae et Papatus*, ou seja, advogado, defensor e protetor da fé católica e da Igreja de forma geral, e do Sumo Pontífice e do Papado em particular, tendo como obrigação defender a fé cristã de todos os males e adversários – obrigação esta que se estende para o recorte do reino e de sua figura maior, o próprio soberano<sup>62</sup>.

Em linhas gerais, esta é a clara distinção entre um poder e outro, bem como a determinação de que o *poder temporal* está submisso ao *poder espiritual*.

“Álvaro Pais, estabelece, pois, duas ordens diferentes na vida humana: uma diz respeito à sua salvação eterna, e está supremamente confiada aos sacerdotes; a outra refere-se aos assuntos de ordem temporal, e o chefe supremo, nesta ordem de valores, é o Rei. O problema torna-se bem mais complexo, no entanto. Os próprios interesses temporais só são válidos enquanto contribuem para a total realização do homem. Deste modo, e porque o ser humano só se realiza completamente na beatitude eterna, mediante a visão directa de Deus, coloca-se o temporal em função do espiritual, a vida terrena em função da celeste e, como consequência última, o príncipe deve submeter-se em grande parte ao Papa e o Imperium ao Sacerdotium.”<sup>63</sup>

Para além das palavras de Moraes Barbosa, é interessante ressaltarmos as palavras do próprio frade galego, quando diz mais do que claramente (e evocando num só momento a Teoria dos Gládios, as metáforas organicistas acerca do poder e um esboço de hierarquização da sociedade) que

“[...] é de notar que o rei recebeu a coroa e o gládio das mãos da Igreja, como imperador, para ser o defensor da fé e da Igreja, e o conservador dos seus direitos. Donde se vê que ele está para o papa, como a mão para a cabeça, no defender e no

<sup>61</sup> PAIS, Álvaro, *op. cit.* p. 107, vol. I.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 39, vol. I.

<sup>63</sup> BARBOSA, *op. cit.*, p. 147.

servir (Argumento, na Distinção LXIII, cap. *Tibi Domino*). Por isso, qualquer rei recebe o gládio, das mãos de um bispo do seu reino, que lhe dá em nome da Igreja, entendendo-se que com o gládio recebe o cuidado e o governo do seu império. E deve esse bispo dizer ao rei como diz o papa ao imperador: ‘recebe o gládio que a Igreja regularmente te concede por nossas mãos, embora indignas, consagradas pela sucessão e autoridade dos Apóstolos. Ele foi ordenado por Deus, e por efeito da nossa benção, para a defesa da fé e da Santa Igreja de Deus, para punição dos malfeitores, o louvor dos bons. E lembra-te do que disse e profetizou o Salmista, [Salmo XLIV, 4], com estas palavras: ‘Cinge a tua espada ao teu lado, ó poderosíssimo’, para com ela, e por Cristo, exerceres a força da equidade, poderosamente destruíres o peso da iniquidade, defenderes e protegeres a Santa Igreja de Deus e seus fiéis, abominares e dispersares tanto os falsos na fé como os inimigos d nome cristão, ajudares e defenderes com clemência as viúvas e os órfãos, restaurares as coisas desoladas, conservares as restauradas, vingares as injúrias, confirmares as bem ordenadas, até que, glorioso com o triunfo das virtudes e cultor egrégio da justiça mereças, com este procedimento, reinar sem fim com o Salvador do mundo, cuja figura trazes no nome’.”<sup>64</sup>

Entretanto, as explanações do Bispo de Silves tornam-se mais aprofundadas à medida que se desenvolve seu texto, justificando os motivos pelos quais atribui tal distinção. Ao rei (quando mencionamos tal titulação, nos referimos aos soberanos temporais de maneira geral – e nisso inclui-se o Imperador) cabem inúmeras tarefas, todas elas de ordem civil – nesta esfera, como bem deixa claro Pelayo, seu poder é ilimitado e inquestionável, conforme própria atribuição de Deus, mesmo que o soberano seja um tirano (muito embora Deus não lhe confira um longo reinado<sup>65</sup>).

Então, cabe ao mandato da autoridade secular julgar as causas que são levadas a seu tribunal, aplicando-lhes a lei alicerçada na *Justiça* (e aqui cumpre o papel da virtude com mais frequência de menções dentro do tratado), legislar e ratificar leis para todos os setores da sociedade, bem como fazer com que as mesmas sejam cumpridas – ou seja, *equilibrar* a sociedade, manter sua *ordem* e *coesão*. Também lhe é devido ensinar seus súditos a serem virtuosos, bons cumpridores da lei – resultado pedagógico proveniente de sua própria boa conduta, guiada pela graça das virtudes cardeais; propiciar aos mesmos os meios para que obtenham o necessário para viver bem; manter a unidade política do reino e a paz entre seus súditos, assim como assegurar a ordem pública interna e as defesas do território contra

---

<sup>64</sup> *Idem*, pp. 137-139, vol. I.

<sup>65</sup> *Idem*, pp. 209, vol. I.

ameaças estrangeiras. E relacionando-se com essas colocações, é interessante o papel que a *ética* assume na obra de Álvaro; para tanto, Barbosa sempre ressaltará o todo orgânico que a temática *política, ética e metafísica* formam no *Speculum Regum*. Por isso, conselhos com agir sempre com retidão, governando primeiramente a si e depois aos súditos, deixando de se conduzir pelas paixões, serão recorrentes e estarão perfeitamente imbricados ao compromisso político<sup>66</sup>. Confere inclusive, e aqui puxamos novamente as ideias de Fernandes, uma *institucionalização* da figura régia despersonalizando-o: o rei como indivíduo deixa de existir e abre espaço para o trono em si, o mandato régio.

Cumprir dizer também que o poder temporal é espiritualizado por Álvaro tanto pela *ética* que permeia o rei (que deve portar as virtudes) como pela natureza espiritual de sua meta última governamental, que é a Bem-Aventurança<sup>67</sup>. O que vemos então é a transformação do poder secular no braço da Igreja, que toma às vezes de cabeça, dentre do que a Cristandade é o corpo – transformação esta que é gradativamente exposta no *Speculum*. Em vista que esse braço se pluraliza em múltiplos reis, o Papa acaba por ter seu poder estendido a todo o século, muito embora sua intromissão na esfera temporal seja tida como infratória e passível de incorrer no pecado, da mesma forma como um rei pode cair em tal infração:

“No tocante aos clérigos, ainda que tenham cometido um delito meramente secular, o monarca não tem o direito de coagi-los a comparecer ao seu tribunal, tanto porque gozam de foro próprio, quanto apenas lhe compete julgar os leigos e, pela mesma razão, não deve proferir sobre causas de natureza espiritual, porque estas são exclusivamente da alçada dos bispos, dos arcebispos e do papa.”<sup>68</sup>

O que vemos, portanto, não é a subjugação das esferas, muito embora a autonomia temporal seja limitada em vista das delimitações impostas pelo poder espiritual; temos, em contrapartida, a criação de uma esfera de poder onde o século se alia ao espiritual. Álvaro Pelayo então visa estabelecer um sistema explicativo demonstrando a relação entre as duas instâncias de poder, sistema esse onde os dois gládios se harmonizam e se auxiliam, tendo em vista o governo da *Ecclesia* e, um fim último, o bem-comum para posteriormente, todos os cristãos ingressarem no Reino Eterno. Assim, é justificável o fato de Álvaro concordar que o Imperador, neste caso, é o senhor do mundo, mas faz a ressalva de que ele o é dentro de sua

<sup>66</sup> *Idem.*, pp. 93-133, vol. I; SOUZA, *op. cit.* 266-271.

<sup>67</sup> BARBOSA, *op. cit.* pp. 240-241.

<sup>68</sup> SOUZA, 2010, *op. cit.* 280. No *Speculum Regum*, I, p. 104-106, Álvaro diz que nos assuntos de natureza civil, deve-se ouvir mais os príncipes do que os reis.

própria esfera de competência. Ao receber do Papa o gládio temporal, o faz sob a promessa de defender e servir a Igreja, bem como zelar pela Cristandade (lembrando também do fato de que todo clérigo está impedido de portar armas, a exceção daqueles que compõe as Ordens Militares). Também podemos lembrar-nos das funções últimas de cada esfera – a das autoridades laicas, prover a boa vivência do homem na terra; quanto a das espirituais, que conduzi-las à Bem Aventurança – estando a última hierarquicamente acima da primeira.

### III.I As virtudes para um bom rei

A partir da análise das virtudes elencadas no tratado, observamos a teoria política de Álvaro Pelayo assumir maiores contornos de refinamento, ao mesmo tempo em que justificam de maneira mais sucinta as prerrogativas acima expostas; cada uma delas – que compreendem as virtudes cardeais, ou seja, *prudência, temperança, fortaleza, justiça*, bem como as suas declinações – assumem as devidas características para tornar o soberano que se orientar por seu *Speculum* um *cristianíssimo* rei – desde que este perfil esteja sempre de acordo com a premissa de que o poder espiritual está acima do temporal: desta forma, voltamos à base da teoria política pelagiana. Como então Álvaro Pelayo esboça então o tipo ideal de soberano a que o já referido Alfonso XI deve corresponder? Cristão, bravo, fiel, sábio – e outra série de virtudes que, dentro de um conjunto, atingiriam o plano pelagiano. É possível que neste ponto estabeleçamos uma conexão inclusive com o pensamento de Isidoro de Sevilha<sup>69</sup>, a quem sem dúvida Álvaro Pelayo é tributário. Através da obra pelagiana é possível observar uma “tradição ibérica” bem marcada pela presença de Isidoro de Sevilha no Espelho dos Reis, seja por referência direta ou simplesmente, por suas ideias diluídas ao longo das palavras do frade galego. Podemos citar aqui algumas palavras de Moraes Barbosa que indicam muito bem a utilidade do hispalense da Antiguidade Tardia para Álvaro Pelayo:

“Por outro lado, um autor só cita o outro, na medida em que assume o seu pensamento. E só o assume, enquanto é capaz de assimilá-lo, ou seja, enquanto é

---

<sup>69</sup> Isidoro de Sevilha (c. 560-636) insere-se dentro de um momento em que o reino hispano-visigótico buscava firma-se dentro do perfil político e institucional das terras da Península Ibérica e principalmente, diante da própria aristocracia/nobreza hispano-romana e visigótica. Matemático, teólogo e Arcebispo de Sevilha, dentre outras atribuições, o hispalense é conhecido por seus trabalhos que tiveram enorme projeção dentro e fora da Península, além de exercer grande influência na produção intelectual hispânica medieval (como podemos atestar através Álvaro Pelayo); dele podemos destacar as *Etimologias*, obra monumental que compreende uma série de porções do conhecimento de artes e ciências – e que ajudaria muito também para traçar um quadro histórico de seu contexto.

capaz de, por si mesmo e servindo-se tão só das suas próprias faculdades, reconstruir o pensamento produzido por outrem. [...]”<sup>70</sup>

Ou seja, muito embora parte da teoria metafísica pelagiana não seja original, pode fazer parte de um conjunto maior de raiz puramente ibérica.

Podemos destacar, neste sentido, do rol de virtudes do *Speculum a Justiça*, que deve ser aplicada sabiamente e em boa parcela, fazendo as vezes de braço secular da Igreja, e a *fortaleza*, que há de conduzir o príncipe pelas batalhas tanto morais quanto as físicas, utilizadas para expandir o culto de Cristo e o território da Igreja. Toda a elegia ao rei que mencionamos no início do capítulo então, é reforçada quando o frade remonta a uma tradição ibérica que acaba por legitimar ainda mais o plano régio através de aspectos políticos e jurídicos – para tanto, o passado visigótico é trazido a tona para justificar as pretensões de expansão que o soberano castelhano deveria se entregar, retomando terras – africanas neste caso, bem como o ainda resistente reino de Granada – que “outrora pertenceram a seus antepassados” como diria a composição pelagiana ao evocar tal passado<sup>71</sup>. E, além do plano político/jurídico, o próprio suporte fornecido pelas virtudes.

Ainda partindo da Fortaleza, vemos uma relação entre o Alfonso XI e Recaredo<sup>72</sup>, a quem Isidoro dedica muito de suas palavras. Como já dissemos, o soberano de Castela logo ao início do *Espelho dos Reis* é por excelência o matador de mouros, fato que é justificado pelo combate tendo em vista a dilatação do território cristão tomado outrora pelos infieis – assim como a Recaredo lutar e matar centenas de francos pela fé, pela sua religião.

A fortaleza então é fundamental justamente por servir como força para esta luta, além é claro, em outro plano, resistência a vícios que poderiam desviar o soberano de seu reto

<sup>70</sup> MORAIS BARBOSA, op. cit. p. 57.

<sup>71</sup> A expansão territorial, segundo Nogales Rincón, é uma das premissas que de maneira geral, o gênero dos espelhos de príncipe contém. Segundo ele, se manifesta em quatro pontos: 1) religioso; 2) histórico; 3) político; 4) ideológico. Para mais, conferir NOGALES RINCÓN, David, op. cit., p. 34.

<sup>72</sup> “Na era DCXXIII, no ano terceiro do império de Maurício, morto Leovigildo, foi coroado seu filho Recaredo. estava dotado dum grande respeito à religião e era bastante distinto de seu pai nos costumes, pois o pai era contrário a religião e muito inclinado à guerra, ele era piedoso pela fé e favorável a paz; aquele dilatava o poder dos godos com o emprego das armas, este ia aumentando-o mais gloriosamente com o troféu da fé. Desde o começo de seu reinado Recaredo se converteu, com efeito, à fé católica e levou o culto da verdadeira fé à toda a nobreza dos godos, apagando assim a mancha dum erro enraizado. --- Em seguida, reuniu um sínodo de bispos das diferentes províncias de Hispania e da Galia para condenar a heresia ariana. A este concílio assistiu o próprio religiosíssimo príncipe, e com a sua presença e sua subscrição confirmou as atas (...). --- Realizou também gloriosamente a guerra contra os povos inimigos, apoiado pela auxílio da fé. Logrou, com efeito, um glorioso triunfo sobre quase sessenta mil francos, que invadiram as Galias, enviando contra eles ao duque Claudio. Nunca se deu em Hispanias uma vitória dos godos maior nem semelhante (...). Dirigiu suas forças também muitas vezes contra os abusos dos romanos e os ataques dos vascos...”. **Isidorus Hispalensis, Historia Gothorum, 52-54 In: FRIGHETTO, Renan. A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VII). Curitiba: Juruá, 2012, p. 203.**

caminho – mas que deve ser pensada e praticada juntamente com a Justiça e a piedade para que a monarquia (o governo ideal) não se converta numa *tiranía* – o que seria ruim para seu súditos e todas os demais estamentos do reino por romper com a premissa de orientar o governo para o “bem comum” - contrariando assim uma das principais assertivas elencadas por Álvaro como sendo necessária para o governo e, conduzindo tudo para o fim da *unidade*, que seria então responsável pelo rompimento da paz e dissolução dos laços que integrariam o reino<sup>73</sup>. Ademais disso, sendo estas importantes para a própria dimensão espiritual a qual o rei possui:

“[...] cumpre-nos demonstrar que também o poder dos reis é a seu modo espiritual e deve ser virtuoso, porque são mais elevados e superiores na dignidade temporal (Decretais, *De maiortate et oboedientia*, cap. *Solitue*, onde diz: ‘quer ao rei como a soberano’, Prim. Ep. De Pedro, II). E se são mais elevados na dignidade, também o devem ser nos bons costumes [...] Por isso escreverei, aqui, alguns pensamentos sobre as suas condições, e como o seu poder é a seu modo espiritual e deve ser ordenado para um fim espiritual.”<sup>74</sup>

E então vemos as combinações de piedade com a prudência, compaixão e a mesma prudência com a justiça, humildade com a sabedoria e continência, fortaleza com a paciência, e além de tudo, das boas práticas advindas da execução deste conjunto (e vemos Álvaro destacar para o final de sua obra a importância do culto a Deus, a Cristo, à Virgem e aos Santos, além das orações rendidas, do jejum feito, etc.<sup>75</sup>) tudo no sentido de auxiliar o soberano e, através dele, os demais fiéis do reino, a serem conduzidos ao reino eterno. O caminho contrário, porém, corresponde a um pecado que transforma o rei num *mau rei*: corromper a justiça com o ódio, o amor ou as dádivas com o medo, ser ignorante e inobservar a ordem jurídica... Não observar a justiça para Álvaro é uma falha passiva de deposição do soberano. Oprimir os súditos com talhas, em trabalhos duros nas fazendas, serem irosos, furiosos, cruéis e soberbos com a dignidade régia – todos estes contrapontos, *vícios*, são aspectos também a serem observados pelo soberano e, principalmente, evitados<sup>76</sup>.

Porém, compete que destaquemos o fato de que as virtudes, em sentido geral, atuam aqui então como agentes de contenção e delimitação da função régia (temporal) que avança a

<sup>73</sup> Justamente o que Isidoro falava séculos antes tendo como base Recaredo e sua conversão ao cristianismo niceno.

<sup>74</sup> PAIS, Álvaro, *op. cit.*, p. 111, vol. I.

<sup>75</sup> *Idem*, p. 185-223, vol. II.

<sup>76</sup> *Idem*, pp. 251-293, vol. I.



passos largos nos quadros da Cristandade latina – conforme já bem expusemos contextualmente no Capítulo I. Assim, usando-se dos exemplos bíblicos, dos Padres da Igreja ou que floresceram nos antigos (expressão exaustivamente utilizada por Álvaro para remeter-se aos filósofos pagãos que dão sustento e legitimidade a sua construção – estando, claro, devidamente cristianizados para não entrar em conflito com o dogma da Igreja) podemos observar que os reis do passado tinham a virtude de conter a *soberba*, pois não tencionavam dominar ambiciosamente e arrogantemente, mas sim, serem proveitosos para a *república* e governá-la com utilidade e justiça. A isso também se soma a prudência e a fortaleza, que irão precaver o soberano de não extrapolar sua esfera de competência, violando por exemplo prerrogativas puramente eclesiásticas; ao mesmo tempo em que não declina para a tirania – e por fim, lembrando que o não cumprimento destas prerrogativas, pelo menos na teoria, poderia resultar numa punição papal, antes do acerto de contas final com Deus:

“Ora, o pecado do rei está diante de Deus e do seu vigário geral. Donde disse o rei David, [Salmo, L, 6]: ‘Pequei contra ti só’. Isto comenta a glosa: ‘O rei é superior a todos, e por isso deve ser punido por Deus, que é maior que ele. Se alguém do povo pecou, pecou contra Deus e contra o rei. Mas este não tem ninguém que o julgue, a não ser o papa’.”<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> *Idem*, p. 141, vol. I.

### Os frutos da Primavera – a guisa de uma conclusão

O século em que Álvaro redige o *Speculum Regum*, além de sua obra, bem como a política e intelectualmente é tido como de *crise*, evidenciado pela sinistra trindade da guerra, fome e peste a qual já tivemos a oportunidade de mencionar antes. Somando-se a isso, o pilar moral da Cristandade latina, a Igreja, sofre um severo e definitivo golpe quando a Cúria pontifícia é transferida de Roma, a Cidade dos Apóstolos, para Avignon – situação que se agravará mais ainda quando for instalado o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), época em que dois, e até três Papas existirão simultaneamente.

Álvaro não chegou a conhecer tal cisão, mas viveu a turbulência da desestabilização que sua sociedade vivia; esgotamento de um modelo, como Fernandes destaca sempre em suas obras. Assim, as monarquias com seus governos centralizados, conforme Hilário Franco Jr. expõe, começam a crescer em poder e assumem a função de reordenar esta sociedade, forjar sua unidade novamente<sup>78</sup>. A teoria pelagiana, buscando concentrar essa premissa em torno do Pontífice acaba modelando um soberano cristão ideal, virtuoso e reto que irá ser um dos principais agentes deste reordenamento, da forja de um novo modelo – não haverá mais uma *Res pública cristiana* cuja presidência cabe ao Papa, mas sim, Estados cujo poder central estará nas mãos dos reis. Assim, Álvaro Pelayo pode simbolizar o passado – através da defesa da já derrotada teocracia pontifícia – ou o futuro, dando as coordenadas teóricas para um vindouro soberano, ou mais propriamente, uma monarquia que poderá vir a se esboçar no que será a Era Moderna.

Os séculos XIV e XV são responsáveis por intensas transformações na Cristandade latina, transformações estas que forjarão os pilares para o que conhecemos como “Era Moderna”. Assim, nas palavras que ficam para trás, almejamos clarificar e levantar pontos importantes sobre a teoria política de Álvaro Pelayo, todas contidas em seu *Espelho dos Reis*, mas também compreender este período ímpar da história que antecede, e que ao mesmo tempo, tornam-se o ponto de partida para eventos de grande magnitude vindouros. Voltando mais uma vez ao pensamento do Bispo de Silves, se observarmos bem suas palavras, veremos a temática da unidade como um assunto recorrente em sua obra:

---

<sup>78</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário, *op. cit.*, p. 18.

“Paz é unidade. Discórdia é divisão – logo, multiplicidade. O caminho do múltiplo para o uno manifesta-se, a um tempo, como imposição metafísica, ética e política. A unidade é inerente ao espírito; a multiplicidade é própria da matéria. Daí a submissão da matéria ao espírito, do corpo à alma, do reino do mundo ao reino eterno, do Imperium ao Sacerdotium. Daí também que – a um nível ético – o príncipe deva viver de acordo com as virtudes, proporcionando aos súbditos condições para uma vida igualmente virtuosa, já que só assim eles atingirão a bem-aventurança celeste. Aí está também a razão última de ser do próprio Estado, enquanto sociedade cujos membros estão em processo para Deus.”<sup>79</sup>,

Observamos que, para além das questões de supremacia de um poder sobre outro, Álvaro sempre buscava pregar a unidade, tentando, por meio de suas teorias, formar um todo que tivesse o poder de manter a coesão e estabilidade da *Societas christiana*, pois outro caminho seria a crise e o fim certo da sociedade como os mesmos conheciam. Podemos encontrar justificativa para a obra de Álvaro Pelayo em algumas reflexões fornecidas por Jacques Le Goff.

Diz-nos o medievalista francês que a Igreja prestava grande ajuda aos reis, sacralizando o poder real e fazendo com que todos fossem obrigados a submeter-se a sua esfera de poder – quem a ela resistisse, ***resistia à ordem desejada por Deus***. Mas, em contra partida e de forma ambígua, esta fazia uso do rei para controlar seus guerreiros, atribuindo à realeza a função de braço secular, executando as ordens da classe sacerdotal em seu lugar, esquivando-se da força física, da violência e derramamento de sangue que, como já dissemos anteriormente, era proibido para a ordem religiosa. Destaca-se também para esta realeza, sua função de governar e reger o povo de Deus em equidade e justiça, em velar pela paz e pela concórdia. Aqueles príncipes deviam proteger as igrejas, os servidores de Deus, as viúvas e os órfãos e todos os outros pobres e indigentes; esboçam-se assim os *espelhos de príncipe* (categoria que podemos inserir nosso *Speculum Regum*) em que os bispos manipulam<sup>80</sup> os príncipes, desde Luís, o Piedoso, até, no século XIII, São Luís, que se esforça por ser o rei-modelo, tanto no plano moral quando no espiritual<sup>81</sup>.

De tudo o que foi dito, precisamos nos deter principalmente na seguinte expressão: “resistia à ordem desejada por Deus”. Essa ordem era justamente o que propunha Álvaro

<sup>79</sup> BARBOSA, *op. cit.*, p. 284.

<sup>80</sup> Le Goff coloca este termo em sua obra, “manipulam”; entretanto, achamos mais conveniente usar a palavra “instruíam”, por não conter uma carga pejorativa em seu significado, tendo em vista que em vários casos, os autores redigiam tais obras objetivando o bem do reino e cumprindo suas funções como evangelizadores.

<sup>81</sup> LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*, *op. cit.*, pp. 27-28, vol. II.

Pelayo escalando hierarquicamente as esferas de poder, compondo seu sistema de governança visando o equilíbrio da Cristandade. Barbosa irá sintetizar muito bem tal ideia, partindo também das explanações do Bispo de Silves, dizendo que “[...] Igreja e Estado são dois polos solidários de um corpo unitário, de natureza político-religiosa: a Cristandade” e que “[...] temos ser a Igreja, fundamentalmente, uma comunidade, a qual, mesmo quando representada em exclusivo pelo papa, age como um todo, e como um todo adora a Deus e lhe presta acção de graças em todos os momentos<sup>82</sup>”.

Como fora anteriormente, o embate de séculos entre *Imperium* e *Sacerdotium* havia-se a muito findado, culminando com uma aparente vitória que conferiu ao Papado quase um século de supremacia sobre a Cristandade, de Inocêncio III a Bonifácio VIII (1193-1303), fazendo com que a instituição, além do mais, saísse dele fortalecida<sup>83</sup>. Porém, com a série de querelas que envolveram Filipe o Belo, de França e o Papa Bonifácio VIII, o monumento teocrático eclesiástico ruíra, a ponto de, por quase setenta anos, a Cúria Pontifícia ficar sujeita aos mandos e desmandos dos soberanos franceses. Tal fato marca o progresso da centralização do poder nas mãos dos soberanos dos vários reinos da Cristandade latina e, consigo, trás outras consequências ao clero, como a formação cada vez mais próxima de uma igreja nacional. Em paralelo a isso temos uma Guerra dos Cem Anos (1337-1353 – datas canônicas, embora o conflito tenha se desenvolvido de maneira intermitente) que, para além do que se imaginava, dividiria a Europa em dois blocos conflitantes entre si. Como agravante a tal situação, surgiria o Grande Cisma do Ocidente (1378-1317) que abalaria severamente o pilar moral desta sociedade – a própria Igreja – dando existência a não apenas um Papa, mas sim, dois, chegando a um terceiro no século XV. Bicefalia. A Cristandade havia se transformado num monstro e o caos se instalado; o maior temor dessa sociedade se concretizara.

Fora contra isso que Álvaro Pelayo e outros teóricos lutaram. Embora discordantes em várias ocasiões, todos buscavam a manutenção da ordem existente, defendendo os preceitos que julgavam como melhores e justos. Para concluir, gostaríamos de ressaltar que, juntamente às premissas ditas acima, sempre houvera o fim último por trás dessa ordem e do bem governar, o qual Álvaro Pais deixa muito bem claro em seu *Speculum Regum*: conduzir os homens ao Reino de Deus e à Bem-Aventurança Eterna. Para isso, deveriam os soberanos espirituais e temporais bem conduzi-los em sua passagem temporária pelo reino terreno o que

---

<sup>82</sup> BARBOSA, *op. cit.*, p. 298.

<sup>83</sup> KNOWLES, D.; OBOLESKI, D., *op. cit.* pp. 10-12.

consequentemente envolvia a necessidade de estar a Cristandade unidade e em paz, para que melhor pudesse auxiliar no bem estar dos filhos de Deus na Terra.

As relações deste galego que se autoproclamava pertencendo à “*nação hispana*” com o quadro político ibérico marca bem a situação da Cristandade a este período, século XIV (também ao final do XIII e principalmente, ao longo de toda a XV<sup>a</sup> centúria) – transformações. Como salienta Fátima Regina Fernandes em quase toda a sua obra, este é um período de transição, perceptível por toda uma mudança dentro das várias esferas da experiência humana, desde a política até a social – de maneira abreviada, o velho modelo que se alongava desde o início da Alta Idade Média esgotava-se demonstrando sinais de cansaço e fadiga, apontando um novo caminho para aquelas pessoas, novos parâmetros... Que culminariam no que conhecemos como Era Moderna. Não há melhor forma de sintetizar este quadro senão usando o título do clássico estudo de Phillipe Wolff: outono da Idade Média ou, *Primavera dos tempos modernos*? Cremos que fique bem marcada a situação em que se encontra nosso eminente frade.

## Referências Bibliográficas

### Fonte:

PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum)*. Vol. I-II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-1963.

### Bibliografia:

ALMEIDA, Cybele Crossetti. *Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X*, in: *Anos 90*, Porto Alegre, Programa de História da UFRGS, nº 16, 2002, pp. 13-36.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal* (ed. De Damião Peres). Porto: Portucalense Editora, 1967, 4 vol.

AZNAR, Bernardo Bayona. Las poliédricas lealtades de Francesc Eiximenis (1328?-1409). In: SOUZA, José Antônio de C. R. de Souza (org.; coord.). *As relações de poder: do Cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa*. Porto Alegre: Est Edições, 2011.

BARBOSA, João Morais. *A teoria política de Álvaro Pais no "Speculum Regum": esboço duma fundamentação filosófico-jurídica*. Lisboa: Ministério da Justiça, 1972.

BARROS, José D'Assunção. *Papas, Imperadores e Hereges na Idade Média*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e súdito: representação social franciscana e poder régio em Portugal (1383-1450)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação, História Social, 2007, pp. 77-85.

BLEYE, Pedro Aguado. *Manual de Historia de España. Tomo I, Prehistoria/edades antiga y media*. Madrid: ESPASA-CALPE, 1958.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550): história religiosa e sistema de civilização* (volume I: A Crise da Cristandade). Lisboa: Edições 70, 1993.

DIEHL, Rafael de Mesquita. *O poder régio e suas atribuições no Speculum Regum (1341-1344) do franciscano Álvaro Pelayo, Bispo de Silves (1333-1350)*. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR. Curitiba, 2013.

\_\_\_\_\_; SANTANA, Eliane Veríssimo. “Vincere vitia et se ipsum virtus est morum – as virtudes como instrumentos políticos nos espelhos de príncipe de Egídio Romano e Álvaro Pelayo. In: *V Congresso Internacional de História*, 2011, Maringá. Anais do V Congresso Internacional de História, 2011.

DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERNANDES, Fátima Regina. A recepção do Direito Romano no Ocidente Europeu Medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. In *História: Questões & Debates*, n. 41, Curitiba, Editora UFPR, 2004, pp. 73-83.

\_\_\_\_\_. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III: direito material e direito processual*. Curitiba: Juruá, 2000.

\_\_\_\_\_. FRIGHETTO, Renan. *Cultura e Poder na Península Ibérica*. Curitiba: Juruá, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.). *Identidade e Fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

\_\_\_\_\_. O Conceito de Império no Pensamento Político Tardo-Medieval. In: LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (Orgs.). *Facetas do Império na História: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013, pp. 87-120.

\_\_\_\_\_. Poder e sociedade na Península Ibérica Medieval. In *Humanas*, n. 10, Curitiba, Editora UFPR, 2001, pp. 123-133.

\_\_\_\_\_. *Sociedade e Poder na Baixa Idade Média Portuguesa: dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

\_\_\_\_\_. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade, In: *História*. São Paulo, nº28 (2), 2009.

FILHO, Flávio Ferreira Paes. *A práxis político-administrativa nos textos legais dos monarcas portugueses (séculos XIII-XIV)*. Tese (Doutorado). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Doutorado em História Medieval e do Renascimento, 2008.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2ª ed. ver. E ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRIGHETTO, Renan. *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

FRUGONI, Chiara. *A vida de um homem: Francisco de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIRARDI, Leonardo. A política pendular de D. Fernando I de Portugal (1367-1383) e sua relação com o Cisma do Ocidente (1378-1383). In: *Revista Cadernos de Clio / PET de História UFPR*, nº3, Curitiba, 2012, pp. 45-69.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Capítulos de História: o trabalho com fontes*. Curitiba: Aymará Educação, 2012.

HOLMES, Georges. *A Europa medieval. Hierarquia e revolta (1320-1450)*. Lisboa: Presença, 1984.

HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, s/d.

KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KNOWLES, David, OBOLENSKY, Dimitri. *Nova História da Igreja: a Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 1983, v. II.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1984, vol. II.

\_\_\_\_\_. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIMA, Adriana Mocelim de Souza. O Livro de Linhagens do Conde Pedro de Barcelos: espelho de reis e de nobres. In: SILVA, Victor Augustus Graciotto (org.). *Idade Média: religião, cultura e política*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2011, pp. 13-29.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Ed. Presença, 1986.

MÍNGUEZ, César Gonzáles. Aproximación al estudio del ‘movimiento hermanadino’ en Casilla y León. In: *Medievalismo - Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Ediciones de la Universidad de Murcia, Espanha, n. 1, 1991, pp. 35-55.

NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes em Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. In: *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Ano 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 09-39.

NOGUEIRA, Carlos (org.). *O Portugal Medieval: monarquia e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010.

PALÁCIOS MARTIN, B., El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los *espejos de príncipes* (1250-1350). In: *Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350*, XXI Semana de Estudios Medievales, Estella, 1994, Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: Textos e Testemunhas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERNOUD, Régine. *Idade Média: o que não nos ensinaram*. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.



RASSAM, Joseph. *Tomás de Aquino*. Lisboa: Edições 70, 1980.

REIS, José Carlos. *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.

RIBEIRO, Daniel Valle. *Igreja e Estado na Idade Média*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.

RIU, Manuel. *La Baja Edad Media (siglo XIII al XV)*. Barcelona: Montesinos, 1986.

SENKO, Elaine Cristina. Uma análise do ideal da Iusticia através do Prólogo da Primeira Partida do rei Alfonso X, o Sábio (1221-1228). In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; BIRRO, Renan Marques. *Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo*. Vitória: DLL/UFES, 2013.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da; LIMA, Marcelo Pereira. A Reforma Papal, a continência e o celibato eclesiástico: considerações sobre práticas legislativas do pontificado de Inocêncio III (1198-1216). In: *História: Questões & Debates*, n. 37, Curitiba: Editora da UFPR, 2002, pp. 85-110.

SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó, e o novelo. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho; SODRÉ, Paulo Roberto (orgs.). *Série estudos medievais 2: fontes*. Araraquara: ANPOLL, 2009, pp. 517-529.

SORIA, José Manuel Nieto. Las monarquías castellana y portuguesa a fines del medievo: algunas perspectivas para una historia comparativa. In: *História: Questões & Debates*, n. 37, Curitiba: Editora da UFPR, 2002, pp. 11-36.

SOUZA, Armênia Maria de. A realeza cristã ibérica no Espelho dos Reis de frei Álvaro Pais (séc. XIV). In *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 189-215.

\_\_\_\_\_. O descumprimento dos preceitos da Regra Franciscana pelos Frades Menores ao tempo de Frei Álvaro Pais, Ofm. (1270-1349). In: NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza. *A Idade Média: entre a história e a historiografia*. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2012, pp. 137-149.

SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: A Monarquia Feudal* (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SOUZA, José Antônio de C. R. de. As causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais, in *Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, 2008.

\_\_\_\_\_. *As relações de poder na Idade Média Tardia*: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais O. Min., e Guilherme de Ockham O. Min. Porto Alegre: EST Edições; Porto (Portugal): Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

\_\_\_\_\_. (coord.; org.). *As relações de poder: do Cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa*. Porto Alegre: Edições EST, 2011.

SOUZA, José Antônio de C. R. de; BARBOSA, João Morais. *O Reino de Deus e o Reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.